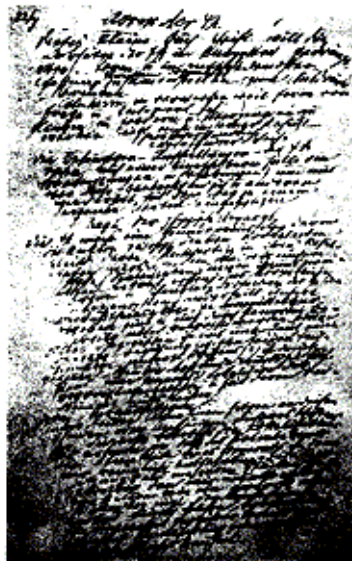


ESBOÇO DE PSICANÁLISE (1940 [1938])



A Primeira Página do Manuscrito de Freud de *Esboço de Psicanálise*

NOTA DO EDITOR INGLÊS

ABRISS DER PSYCHOANALYSE

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1940 Int. Z. Psychoanal. Imago, 25, (1), 7-67.

1941 G. W., 17, 63-138.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

An Outline of Psychoanalysis

1940 Int. J. Psycho-Anal., 21, (1) 27-82. (Trad. de James Strachey.)

1949 Londres, Hogarth Press e Instituto de Psicanálise. ix + 84 págs.
(Reimpressão revista da acima, em forma de livro.)

1949 Nova Iorque, Norton, 127 págs. (Reimpressão da acima.)

A atual é uma versão consideravelmente revista da tradução publicada em 1949.

Quando este trabalho foi publicado pela primeira vez, tanto em alemão quanto em inglês, fez-se acompanhar de dois resumos do pequeno trabalho escrito por Freud na mesma época, “Some Elementary Lessons in Psycho-Analysis” (1940b [1938]). Esses resumos apareceram como nota de rodapé no Capítulo IV da versão alemã e como apêndice na inglesa. O trabalho do qual foram extraídos no resumo foi publicado na íntegra pouco depois (aparece na [1] do vol. XXIII da *Standard Edition*), e a nota de rodapé e o apêndice foram conseqüentemente omitidos das reimpressões subseqüentes do presente trabalho.

Por um descuido lamentável, o “Prefácio” do autor ver em ([1]) foi omitido da reimpressão das G.W. e, assim, só pode ser encontrado, em alemão, no *Zeitschrift*. Deve-se observar que o Volume XVII das *Gesammelte Werke*, que foi o primeiro de seus volumes a ser publicado (1941), foi também lançado simultaneamente, com página de rosto e encadernação diferentes, como *Schriften aus dem Nachlass*. (Trabalhos Póstumos).

O manuscrito de todo este trabalho acha-se redigido de forma inusitadamente abreviada, sobretudo o terceiro capítulo (“O Desenvolvimento da Função Sexual”, ver em [1]) é, em grande parte, muito abreviado, com a omissão, por exemplo, dos artigos definidos e indefinidos e de muitos verbos principais— no que poderia ser descrito como um estilo telegráfico. Os coordenadores alemães, segundo nos informam, ampliaram essas abreviações. O sentido geral não se acha em dúvida e, embora a editoração seja, em certos pontos, um pouco livre, pareceu mais simples aceitá-la e traduzir a versão fornecida pelas

Gesammelte Werke.

A Parte I do trabalho não recebeu título por parte do autor. Os coordenadores alemães adotaram, para esse fim, “Die Natur des Psychischen” (“A Natureza do Psíquico”), que é subtítulo do pequeno trabalho escrito na época e já citado aqui, “Some Elementary Lessons in Psycho-Analysis” ver em ([1] do Vol. XXIII da *Standard Edition*). Para a presente edição, imaginou-se um título bastante mais geral.

Há uma certa controvérsia quanto à época em que Freud começou a escrever o *Esboço*. Segundo Ernest Jones (1957, 255), “começou-o durante o tempo de espera em Viena” — o que significaria abril ou maio de 1938. O manuscrito, contudo, traz em sua página inicial a data de “22 de julho”, o que confirma a opinião dos coordenadores alemães de que o trabalho foi começado em julho de 1938, equivale a dizer, logo após a chegada de Freud a Londres, no início de junho. No começo de setembro, ele já havia escrito 63 folhas do *Esboço*, quando teve de interromper o trabalho para submeter-se a uma operação muito séria, e não mais retomou-o, embora tivesse começado, pouco depois, outro trabalho expositivo (“Some Elementary Lessons in Psycho-Analysis”), que logo foi interrompido também.

Assim, o *Esboço* deve ser descrito como inacabado, mas é difícil considerá-lo incompleto. O último capítulo, é verdade, é mais curto que o resto e bem poderia ter prosseguido com o exame de coisas como sentimento de culpa, embora isto já houvesse sido afluído no Capítulo VI. Em geral, contudo, a questão de até onde e em que direção Freud teria continuado o livro é intrigante, pois o programa estabelecido pelo autor em seu prefácio parece ter sido cumprido de maneira bastante satisfatória.

Na longa sucessão dos trabalhos expositivos de Freud, o *Esboço* apresenta um caráter único. Os outros, sem exceção, visam a explicar a Psicanálise a um público estranho a ela, um público com graus e tipos mais variados de abordagem geral ao tema de Freud, mas, sempre, um público relativamente *ignorante*. Não se pode dizer isto do *Esboço*. Deve-se entender claramente que não se trata de um livro para principiantes, sendo algo muito mais semelhante a um “curso de atualização” para estudantes adiantados. Em todo ele, espera-se que o leitor esteja familiarizado não apenas com a abordagem geral de Freud à Psicologia, mas também com os pormenores de seus achados e teoria. Exemplificando, umas duas alusões muito sucintas ao papel desempenhado pelos traços mnêmicos de impressões sensoriais verbais, ver em ([1]e[2]), dificilmente seriam inteligíveis a quem não se achasse familiarizado com certo número de difíceis argumentos do último capítulo de *A Interpretação de Sonhos* e da seção final do artigo metapsicológico sobre “O Inconsciente”. E, ainda, as considerações

muito escassas, em dois outros lugares, sobre a identificação e sua relação com objetos amorosos abandonados, ver em ([1] e [2]), implicam o conhecimento de, pelo menos, o Capítulo III de *The Ego and the Id*. Mas aqueles que já estão familiarizados com as obras de Freud acharão este *Esboço* um epílogo fascinante. Uma nova luz é lançada sobre todos os pontos que ele aborda — as teorias mais fundamentais ou as observações clínicas mais pormenorizadas — e tudo é debatido no vocabulário de sua mais recente terminologia. Há mesmo alusões ocasionais e desenvolvimentos inteiramente novos, sobretudo na parte final do Capítulo VIII, onde a questão da divisão (*splitting*) do ego e o seu repúdio de partes do mundo externo, tal como exemplificada no caso do fetichismo, recebe consideração ampliada. Tudo isto demonstra que, aos 82 anos de idade, Freud ainda possuía um dom espantoso de efetuar uma abordagem nova ao que poderia parecer tópicos muito batidos. Em parte alguma, talvez, atinge o seu estilo nível mais alto de concisão e lucidez. Todo o trabalho nos dá uma sensação de liberdade em sua apresentação, o que é talvez de se esperar na última descrição, por parte de um mestre, das idéias de que foi o criador.

ESBOÇO DE PSICANÁLISE [PREFÁCIO]

O objetivo deste trabalho breve é reunir os princípios da Psicanálise e enunciá-los, por assim dizer, dogmaticamente, sob a forma mais concisa e nos termos mais inequívocos. Sua intenção, naturalmente, não é compelir à crença ou despertar convicção.

Os ensinamentos da Psicanálise baseiam-se em número incalculável de observações e experiências, e somente alguém que tenha repetido estas observações em si próprio e em outras pessoas acha-se em posição de chegar a um julgamento próprio sobre ela.

PARTE I - [A MENTE E O SEU FUNCIONAMENTO]

CAPÍTULO I - O APARELHO PSÍQUICO

A Psicanálise faz uma suposição básica, cuja discussão se reserva ao pensamento filosófico, mas a justificação da qual reside em seus resultados. Conhecemos duas espécie de coisas sobre o que chamamos nossa psique (ou vida mental): em primeiro lugar, seu órgão corporal e cena de ação, o cérebro (ou sistema nervoso), e, por outro lado, nossos atos de consciência, que são dados imediatos e não podem ser mais explicados por nenhum outro tipo de descrição. Tudo o que jaz entre eles é-nos desconhecido, e os dados não incluem nenhuma relação direta entre estes dois pontos terminais de nosso conhecimento. Se existisse, no máximo permitir-nos-ia uma localização exata dos processos da consciência e não nos forneceria auxílio no sentido de compreendê-los. Nossas duas hipóteses partem desses fins ou inícios de nosso conhecimento. A primeira delas está relacionada com a locação. Presumimos que a vida mental é função de um aparelho ao qual atribuímos as características de ser extenso no espaço e de ser constituído por diversas partes — ou seja, que imaginamos como semelhante a um telescópio, microscópio, ou algo desse gênero. Não obstante algumas tentativas anteriores no mesmo sentido, a elaboração sistemática de uma concepção como esta constitui uma novidade científica.

Chegamos ao nosso conhecimento deste aparelho psíquico pelo estudo do desenvolvimento individual dos seres humanos. À mais antiga destas localidades ou áreas de ação psíquica damos o nome de *id*. Ele contém tudo o que é herdado, que se acha presente no nascimento, que está assente na constituição — acima de tudo, portanto, os instintos, que se originam da organização somática e que aqui [no id] encontram uma primeira expressão psíquica, sob formas que nos são desconhecidas.

Sob a influência do mundo externo que nos cerca, uma porção do *id* sofreu um desenvolvimento especial. Do que era originalmente uma camada cortical, equipada com órgãos para receber estímulos e com disposições para agir como um escudo protetor contra estímulos, surgiu uma organização especial que, desde então, atua como intermediária entre o *id* e o mundo externo. A esta região de nossa mente demos o nome de *ego*.

São estas as principais características do *ego*: em conseqüência da conexão preestabelecida entre a percepção sensorial e a ação muscular, o *ego* tem sob seu comando o movimento voluntário. Ele tem a tarefa de autopreservação. Com referência aos acontecimentos *externos*, desempenha essa missão dando-se conta dos estímulos, armazenando experiências sobre eles (na memória), evitando

estímulos excessivamente intensos (mediante a fuga), lidando com os estímulos moderados (através da adaptação) e, finalmente, aprendendo a produzir modificações convenientes no mundo externo, em seu próprio benefício (através da atividade). Com referência aos acontecimentos *internos*, em relação ao id, ele desempenha essa missão obtendo controle sobre as exigências dos instintos, decidindo se elas devem ou não ser satisfeitas, adiando essa satisfação para ocasiões e circunstâncias favoráveis no mundo externo ou suprimindo inteiramente as suas excitações. É dirigido, em sua atividade, pela consideração das tensões produzidas pelos estímulos, estejam essas tensões nele presentes ou sejam nele introduzidas. A elevação dessas tensões é, em geral, sentida como desprazer, e o seu abaixamento, como *prazer*. É provável, contudo, que aquilo que é sentido como prazer ou desprazer não seja a altura *absoluta* dessa tensão, mas sim algo no ritmo das suas modificações. O ego se esforça pelo prazer e busca evitar o desprazer. Um aumento de desprazer esperado e previsto é enfrentado por um *signal de ansiedade*; a ocasião de tal aumento, quer ele ameace de fora ou de dentro, é conhecida como um *perigo*. De tempos em tempos, o ego abandona sua conexão com um mundo externo e se retira para o estado de sono, no qual efetua alterações de grande alcance em sua organização. É de inferir-se do estado de sono que essa organização consiste numa distribuição específica de energia mental.

O longo período da infância, durante o qual o ser humano em crescimento vive na dependência dos pais, deixa atrás de si, como um precipitado, a formação, no ego, de um agente especial no qual se prolonga a influência parental. Ele recebeu o nome de *superego*. Na medida em que este superego se diferencia do ego ou se lhe opõe, constitui uma terceira força que o ego tem de levar em conta.

Uma ação por parte do ego é como deve ser se ela satisfaz simultaneamente as exigências do id, do superego e da realidade — o que equivale a dizer: se é capaz de conciliar as suas exigências umas com as outras. Os pormenores da relação entre o ego e o superego tornam-se completamente inteligíveis quando são remontados à atitude da criança para com os pais. Esta influência parental, naturalmente, inclui em sua operação não somente a personalidade dos próprios pais, mas também a família, as tradições raciais e nacionais por eles transmitidas, bem como as exigências do *milieu* social imediato que representam. Da mesma maneira, o superego, ao longo do desenvolvimento de um indivíduo, recebe contribuições de sucessores e substitutos posteriores aos pais, tais como professores e modelos, na vida pública, de ideais sociais admirados. Observar-se-á que, com toda a sua diferença fundamental, o id e o superego possuem algo

comum: ambos representam as influências do passado — o id, a influência da hereditariedade; o superego, a influência, essencialmente, do que é retirado de outras pessoas, enquanto o ego é principalmente determinado pela própria experiência do indivíduo, isto é, por eventos acidentais e contemporâneos.

Pode-se supor que este quadro esquemático geral de um aparelho psíquico aplique-se também aos animais superiores que se assemelham mentalmente ao homem. Temos de presumir que um superego se acha presente onde quer que, como é o caso do homem, exista um longo período de dependência na infância. Uma distinção entre o ego e id é uma suposição inevitável. A Psicologia Animal ainda não tomou a seu cargo o interessante problema que é aqui apresentado.

CAPÍTULO II - A TEORIA DOS INSTINTOS

O poder do id expressa o verdadeiro propósito da vida do organismo do indivíduo. Isto consiste na satisfação de suas necessidades inatas. Nenhum intuito tal como o de manter-se vivo ou de proteger-se dos perigos por meio da ansiedade pode ser atribuído ao id. Essa é a tarefa do ego, cuja missão é também descobrir o método mais favorável e menos perigoso de obter a satisfação, levando em conta o mundo externo. O superego pode colocar novas necessidades em evidência, mas sua função principal permanece sendo a limitação das satisfações.

As forças que presumimos existir por trás das tensões causadas pelas necessidades do id são chamadas de *instintos*. Representam as exigências somáticas que são feitas à mente. Embora sejam a suprema causa de toda atividade, elas são de natureza conservadora; o estado, seja qual for, que um organismo atingiu dá origem a uma tendência a restabelecer esse estado assim que ele é abandonado. É assim possível distinguir um número determinado de instintos, e, na prática comum, isto é realmente feito. Para nós, contudo, surge a importante questão de saber se não será possível fazer remontar todos esses numerosos instintos a uns poucos básicos. Descobrimos que os instintos podem mudar de objetivo (através do deslocamento) e também que podem substituir-se mutuamente, a energia de um instinto transferindo-se para outro. Este último processo é ainda insuficientemente compreendido. Depois de muito hesitar e vacilar, decidimos presumir a existência de apenas dois instintos básicos, *Eros* e o *instinto destrutivo*. (O contraste entre os instintos de autopreservação e a preservação da espécie, assim como o contraste entre o amor do ego e o amor objetal, incidem dentro de Eros.) O objetivo do primeiro desses instintos básicos é estabelecer unidades cada vez maiores e assim preservá-las — em resumo, unir; o objetivo do segundo, pelo contrário, é desfazer conexões e, assim, destruir coisas. No caso do instinto destrutivo, podemos supor que seu objetivo final é levar o que é vivo a um estado inorgânico. Por essa razão, chamâmo-lo também de *instinto de morte*. Se presumirmos que as coisas vivas apareceram mais tarde que as inanimadas e delas se originaram, então o instinto de morte se ajusta à fórmula que propusemos, a qual postula que os instintos tendem a retornar a um estado anterior. No caso de Eros (ou instinto do amor), não podemos aplicar esta fórmula. Fazê-lo pressuporia que a substância viva foi outrora uma unidade posteriormente desmembrada e que se esforça no sentido da reunião.

Nas funções biológicas, os dois instintos básicos operam um contra o

outro ou combinam-se mutuamente. Assim, o ato de comer é uma destruição do objeto como o objetivo final de incorporá-lo, e o ato sexual é um ato de regressão com o intuito da mais íntima união. Esta ação concorrente e mutuamente oposta dos dois instintos fundamentais dá origem a toda a variedade de fenômenos da vida. A analogia de nossos dois instintos básicos estende-se da esfera das coisas vivas até o par de forças opostas — atração e repulsão — que governa o mundo orgânico.

Modificações nas proporções da fusão entre os instintos apresentam os resultados mais tangíveis. Um excesso de agressividade sexual transformará um amante num criminoso sexual, enquanto uma nítida diminuição no fator agressivo torna-lo-á acanhado ou impotente. Não se pode pensar em restringir um ou outro dos instintos básicos a uma das regiões da mente. Eles, necessariamente, têm de ser encontrados em toda parte. Podemos imaginar um estado inicial como sendo o estado em que a energia total disponível de Eros, a qual, doravante, mencionaremos como "libido", acha-se presente no ego-id ainda indiferenciado e serve para neutralizar as tendências destrutivas que estão simultaneamente presentes. (Não dispomos de um termo análogo a "libido" para descrever a energia do instinto destrutivo.) Num estágio posterior, torna-se relativamente fácil acompanhar as vicissitudes da libido, mas isto é mais difícil com o instinto destrutivo. Enquanto esse instinto opera internamente, como instinto de morte, ele permanece silencioso; só nos chama a atenção quando é desviado para fora, como instinto de destruição. Parece ser essencial à preservação do indivíduo que esse desvio ocorra e o aparelho muscular serve a esse intuito. Quando o superego se estabelece, quantidades consideráveis do instinto agressivo fixam-se no interior do ego e lá operam autodestrutivamente. Este é um dos perigos para a saúde com que os seres humanos se defrontam em seu caminho para o desenvolvimento cultural. Conter a agressividade é, em geral, nocivo e conduz à doença (à mortificação). Uma pessoa num acesso de raiva com freqüência demonstra como a transição da agressividade, que foi impedida, para a autodestrutividade, é ocasionada pelo desvio da agressividade contra si própria: arrancar os cabelos ou esmurrar a face, embora, evidentemente, tivesse preferido aplicar esse tratamento a outrem. Uma porção de autodestrutividade permanece interna, quaisquer que sejam as circunstâncias, até que, por fim, consegue matar o indivíduo, talvez não antes de sua libido ter sido usada ou fixada de uma maneira desvantajosa. Assim, é possível suspeitar de que, de uma maneira geral, o *indivíduo* morre de seus conflitos internos, mas que a *espécie* morre de sua luta malsucedida contra o mundo externo se este mudar a ponto de as adaptações adquiridas

pela espécie não serem suficientes para lidar com as dificuldades surgidas.

É difícil dizer algo do comportamento da libido no id e no superego. Tudo o que sabemos sobre ela relaciona-se com o ego, no qual, a princípio, toda a cota disponível de libido é armazenada. Chamamos a este estado absoluto de *narcisismo* primário. Ele perdura até o ego começar a catexizar as idéias dos objetos com a libido, a transformar a libido narcísica em libido objetal. Durante toda a vida, o ego permanece sendo o grande reservatório, do qual as catexias libidinais são enviadas aos objetos e para o qual elas são também mais uma vez recolhidas, exatamente como uma ameba se conduz com os seus pseudópodos. É somente quando uma pessoa se acha completamente apaixonada que a cota principal de libido é transferida para o objeto e este, até certo ponto, toma o lugar do ego. Uma característica da libido que é importante na vida é a sua mobilidade, a facilidade com que passa de um objeto para outro. Isto deve ser contrastado com a *fixação* da libido a objetos específicos, a qual freqüentemente persiste durante toda a vida. Não se pode discutir que a libido tenha fontes somáticas, que ela flua para o ego de diversos órgãos e partes do corpo. Isto se vê mais claramente no caso daquela porção da libido que, por seu objetivo instintivo, é descrita como excitação sexual. As partes mais proeminentes do corpo de que esta libido se origina são conhecidas pelo nome de “*zonas erógenas*”, embora, de fato, o corpo inteiro seja uma zona erógena desse tipo. A maior parte do que conhecemos sobre Eros — isto é, sobre o seu expoente, a libido — foi obtida de um estudo da função sexual, que, na verdade, segundo a opinião dominante, ainda que não segundo a nossa teoria, coincide com Eros. Pudemos formar uma imagem da maneira como o impulso sexual, que está destinado a exercer uma influência decisiva em nossa vida, desenvolve-se gradativamente a partir de contribuições sucessivas de um certo número de instintos componentes que representam zonas erógenas específicas.

CAPÍTULO III - O DESENVOLVIMENTO DA FUNÇÃO SEXUAL

Segundo a opinião predominante, a vida sexual humana consiste essencialmente numa busca de colocar o próprio órgão genital em contato com o de alguém do sexo oposto. A isto acham-se associados, como fenômenos acessórios e atos introdutórios, beijar esse corpo alheio, olhar para ele e tocá-lo. Imagina-se que essa busca faça seu aparecimento na puberdade — isto é, na idade da maturidade sexual — e esteja a serviço da reprodução. Não obstante, sempre foram conhecidos certos fatos que não se encaixam na estreita moldura desta visão. (1) Constitui um fato marcante existirem pessoas que só são atraídas por indivíduos de seu próprio sexo e pelo órgão genital deles. (2) É igualmente notório existirem pessoas cujos desejos se comportam exatamente como os sexuais, mas que, ao mesmo tempo, desprezam inteiramente o órgão sexual ou sua utilização normal; as pessoas deste tipo são conhecidas como “pervertidas”. (3) E, por fim, é uma coisa notável que algumas crianças (que são, por causa disso, encaradas como degeneradas) tenham um interesse muito precoce pelo seu órgão genital e apresentem nele sinais de excitação.

Bem se pode acreditar que a Psicanálise tenha provocado espanto e oposição quando, em parte com base nesses fatos negligenciados, contradisse todas as opiniões populares sobre a sexualidade. Os seus principais achados são os seguintes:

- (a) A vida sexual não começa apenas na puberdade, mas inicia-se, com manifestações claras, logo após o nascimento.
- (b) É necessário fazer uma distinção nítida entre os conceitos de “sexual” e “genital”. O primeiro é o conceito mais amplo e inclui muitas atividades que nada têm que ver com os órgãos genitais.
- (c) A vida sexual inclui a função de obter prazer das zonas do corpo, função que, subseqüentemente, é colocada a serviço da reprodução. As duas funções muitas vezes falham em coincidir completamente. O interesse principal focaliza-se naturalmente na primeira destas afirmações, a mais inesperada de todas. Descobriu-se que, na tenra infância, existem sinais de atividade corporal a que somente um antigo preconceito poderia negar o nome de sexual e que se acha ligada a fenômenos psíquicos com que nos deparamos mais tarde, na vida erótica adulta — tais como a fixação a objetos específicos, o ciúme, e assim por diante. Descobriu-se ainda, entretanto, que esses fenômenos que surgem na tenra infância fazem parte de um curso ordenado de desenvolvimento, que atravessam um processo regular de aumento, chegando a um clímax por volta do final do quinto ano de idade, após o qual segue-se uma acalmia. Durante esta, o progresso se interrompe, muita coisa é desaprendida e há muito retrocesso. Após

o fim deste período de latência, como é chamado, a vida sexual avança mais uma vez, com a puberdade; poderíamos dizer que tem uma segunda eflorescência. E aqui deparâmo-nos com o fato de o início da vida sexual ser *difásico*, de ele ocorrer em duas ondas — algo que é desconhecido, exceto no homem, e que, evidentemente, tem uma relação importante com a hominização. Não é um fato sem importância que os acontecimentos deste período primitivo, exceto esses poucos resíduos, sejam vítimas da *amnésia infantil*. Os nossos pontos de vista sobre a etiologia das neuroses e a nossa técnica de terapia analítica derivam-se dessas concepções e nosso rasteio dos processos desenvolvimentais nesse primeiro período forneceu também provas para outras conclusões mais.

O primeiro órgão a surgir como zona erógena e a fazer exigências libidinais à mente é, da época do nascimento em diante, a boca. Inicialmente, toda a atividade psíquica se concentra em fornecer satisfação às necessidades dessa zona. Primariamente, é natural, essa satisfação está a serviço da autopreservação, mediante a nutrição; mas a fisiologia não deve ser confundida com a psicologia. A obstinada persistência do bebê em sugar dá prova, em estágio precoce, de uma necessidade de satisfação que, embora se origine da ingestão da nutrição e seja por ela instigada, esforça-se todavia por obter prazer independentemente da nutrição e, por essa razão, pode e deve ser denominada de *sexual*.

Durante esta fase oral, já ocorrem esporadicamente impulsos sádicos, juntamente com o aparecimento dos dentes. Sua amplitude é muito maior na segunda fase, que descrevemos como anal-sádica, por ser a satisfação então procurada na agressão e na função excretória. Nossa justificativa para incluir na libido os impulsos agressivos baseia-se na opinião de que o sadismo constitui uma fusão instintiva de impulsos puramente libidinais e puramente destrutivos, fusão que, doravante, persiste ininterruptamente.

A terceira fase é conhecida como fálica, que é, por assim dizer, uma precursora da forma final assumida pela vida sexual e já se assemelha muito a ela. É de se notar que não são os órgãos genitais de ambos os sexos que desempenham um papel nesta fase, mas apenas o masculino (o falo). Os órgãos genitais femininos por muito tempo permanecem desconhecidos; nas tentativas das crianças de compreender os processos sexuais, elas se rendem à respeitável teoria da cloaca — teoria que tem justificação genética.

Com a fase fálica, e ao longo dela, a sexualidade da tenra infância atinge seu apogeu e aproxima-se da sua dissolução. A partir daí, meninos e meninas têm histórias diferentes. Ambos começaram a colocar sua atividade intelectual a serviço de pesquisas sexuais;

ambos partem da premissa da presença universal do pênis. Mas agora os caminhos dos sexos divergem. O menino ingressa na fase edipiana; começa a manipular o pênis e, simultaneamente, tem fantasias de executar algum tipo de atividade com ele em relação à sua mãe, até que, devido ao efeito combinado de uma ameaça de castração e da visão da ausência de pênis nas pessoas do sexo feminino, vivencia o maior trauma de sua vida e este dá início ao período de latência, com todas as suas conseqüências. A menina, depois de tentar em vão fazer as mesmas coisas que o menino, vem a reconhecer sua falta de pênis ou, antes, a inferioridade de seu clitóris, com efeitos permanentes sobre o desenvolvimento de seu caráter; como resultado deste primeiro desapontamento em rivalidade, ela com freqüência começa a voltar as costas inteiramente à vida sexual

Seria um erro supor que essas três fases se sucedem de forma clara. Uma pode aparecer em aditamento a outra; podem sobrepor-se e podem estar presentes lado a lado. Nas primeiras fases, os diferentes componentes dos instintos empenham-se na busca de prazer independente uns dos outros; na fase fálica, há os primórdios de uma organização que subordina os outros impulsos à primazia dos órgãos genitais e determina o começo de uma coordenação do impulso geral em direção ao prazer na função sexual. A organização completa só se conclui na puberdade, numa quarta fase, a genital. Estabelece-se então um estado de coisas em que (1) algumas catexias libidinais primitivas são retidas, (2) outras são incorporadas à função sexual como atos auxiliares, preparatórios, cuja satisfação produz o que é conhecido como pré-prazer, e (3) outros impulsos são excluídos da organização, e são ou suprimidos inteiramente (reprimidos) ou empregados no ego de outra maneira, formando traços de caráter ou experimentando a sublimação, com deslocamento de seus objetivos. Este processo nem sempre é realizado de modo perfeito. As inibições em seu desenvolvimento manifestam-se como os muitos tipos de distúrbio da vida sexual. Quando é assim, encontramos fixações da libido a condições de fases anteriores, cujo impulso, que é independente do objetivo sexual normal, é descrito como *perversão*. Uma dessas inibições do desenvolvimento é, por exemplo, a homossexualidade, quando ela é manifesta. A análise mostra que em todos os casos um vínculo objetal de caráter homossexual esteve presente e, na maioria dos casos, persistiu em estado *latente*. A situação complica-se porque, via de regra, os processos necessários a um desfecho normal não se acham completamente presentes ou ausentes, mas *parcialmente* presentes, de maneira que o resultado final fica dependente dessas relações *quantitativas*. Nessas circunstâncias, a organização genital é, na verdade, obtida, mas

faltam-lhe aquelas porções da libido que não avançaram com o resto e permaneceram fixadas em objetos e metas pré-genitais. Este enfraquecimento revela-se numa tendência, se há ausência de satisfação genital ou se existem dificuldades no mundo externo real, de a libido retornar a suas catexias pré-genitais anteriores (*regressão*). Durante o estudo das funções sexuais, chegamos a uma certeza preliminar, ou melhor, a uma suspeita, de duas descobertas que logo mais se verá serem de importância para todo o nosso campo. Em primeiro lugar, as manifestações normais e anormais por nós observadas (isto é, fenomenologia do assunto) necessitam ser descritas do ponto de vista de sua dinâmica e economia (em nosso caso, do ponto de vista da distribuição quantitativa da libido). E, em segundo, a etiologia dos distúrbios que estudamos deve ser procurada na história do desenvolvimento do indivíduo — ou seja, no começo de sua vida.

CAPÍTULO IV - QUALIDADES PSÍQUICAS

Descrevi a estrutura do aparelho psíquico e as energias ou forças que nele são ativas, e delineei num exemplo notório a maneira como essas energias (principalmente a libido) organizam-se numa função fisiológica que serve ao propósito da preservação da espécie. Nada havia, nisso tudo, que demonstrasse a característica inteiramente peculiar do que é psíquico, à parte, naturalmente, o fato empírico de que esse aparelho e essas energias são as bases das funções que descrevemos como nossa vida mental. Voltar-me-ei agora para algo que é exclusivamente característico do psíquico, e que, na verdade, de acordo com opinião largamente aceita, coincide com ele, à exclusão de tudo o mais.

O ponto de partida dessa investigação é um fato sem paralelo, que desafia toda explicação ou descrição — o fato da consciência. Não obstante, quando se fala da consciência, sabemos imediatamente, e pela experiência mais pessoal, o que se quer dizer com isso. Muitas pessoas, tanto ligadas à ciência [psicológica] quanto estranhas a ela, satisfazem-se com a suposição de que só a consciência é psíquica; nesse caso a Psicologia não terá senão de fazer a discriminação entre fenômenos psíquicos, percepções, sentimentos, processos de pensamento e volições. No entanto, há uma concordância geral no sentido de que esses processos conscientes não formam seqüências ininterruptas, completas em si mesmas; assim, não haveria alternativa para a pressuposição de que existem processos físicos ou somáticos concomitantes aos psíquicos e que teríamos de reconhecer necessariamente como mais completos que as seqüências psíquicas, visto que alguns teriam processos conscientes paralelos a eles, mas outros não. Sendo assim, torna-se plausível dar ênfase, em Psicologia, a esses processos somáticos, ver *neles* a verdadeira essência do psíquico e procurar outra determinação dos processos conscientes. A maioria dos filósofos, entretanto, assim como muitas outras pessoas, discute isso e declara que a idéia de algo psíquico ser inconsciente é autocontraditória. Mas é isso precisamente que a Psicanálise é obrigada a afirmar, e esta é a sua segunda hipótese fundamental ver em [\[1\]](#). Ela explica os fenômenos concomitantes supostamente somáticos como sendo o que é verdadeiramente psíquico, e assim, em primeira instância, menospreza a qualidade da consciência. Não está sozinha ao assim proceder. Alguns pensadores (como [Theodor Lipps](#) por exemplo) afirmaram a mesma coisa nas mesmas palavras e a insatisfação geral com a visão costumeira do que é psíquico resultou numa exigência cada vez mais urgente da inclusão, no pensamento psicológico, de um conceito de inconsciente, embora essa experiência tenha assumido forma tão indefinida e obscura que não poderia ter

nenhuma influência sobre a ciência.

Pode parecer que essa disputa entre Psicanálise e Filosofia fosse apenas uma frívola questão de definição — se o nome “psíquico” deve ser aplicado a uma ou outra seqüência de fenômenos. Na realidade, porém, este passo tornou-se de mais alta significação. Enquanto a psicologia da consciência nunca foi além das seqüências rompidas que eram obviamente dependentes de algo mais, a outra visão, que sustenta que o psíquico é inconsciente em si mesmo, capacitou a Psicologia a assumir seu lugar entre as ciências naturais como uma ciência. Os processos em que está interessada são, em si próprios, tão incognoscíveis quanto aqueles de que tratam as outras ciências, a Química ou a Física, por exemplo; mas é possível estabelecer as leis a que obedecem e seguir suas relações mútuas e interdependentes ininterruptas através de longos trechos — em resumo, chegar ao que é descrito como uma “compreensão” do campo dos fenômenos de novas hipóteses e criação dos novos conceitos, e estes não devem ser pormenorizados com indício de embaraço de nossa parte, mas, pelo contrário, merecem ser apreciados como um enriquecimento da Ciência. Podem pretender, como aproximações, o mesmo valor dos andaimes intelectuais correspondentes encontrados em outras ciências naturais e esperamos que sejam modificados, corrigidos e mais precisamente determinados à medida que uma maior experiência for acumulada e filtrada. Assim, também estará inteiramente de acordo com nossas expectativas que os conceitos e princípios básicos da nova ciência (instinto, energia nervosa, etc.) permaneçam por tempo considerável não menos indeterminados que os das ciências mais antigas (força, massa, atração, etc.).

Toda ciência se baseia em observações e experiências a que se chegou através do veículo de nosso aparelho psíquico. Mas visto que a *nossa* ciência tem por assunto esse próprio aparelho, a analogia acaba aqui. Efetuamos nossas observações através do mesmo aparelho perceptivo, precisamente com o auxílio das rupturas na seqüência de ocorrências “psíquicas”: preenchemos o que é omitido fazendo deduções plausíveis e traduzindo-as em material consciente. Desta maneira construímos, por assim dizer, uma seqüência de ocorrências conscientes que é complementar aos processos psíquicos inconscientes. A relativa certeza de nossa ciência psíquica baseia-se na força aglutinante dessas deduções. Quem quer que se aprofunde em nosso trabalho descobrirá que nossa técnica tem fundamentos para defender-se contra qualquer crítica.

Ao longo deste trabalho, as distinções que descrevemos como qualidades psíquicas se impõem à nossa atenção. Não há necessidade de caracterizar o que chamamos de “consciente”: é o

mesmo que a consciência dos filósofos e do senso comum. Tudo o mais que é psíquico é, em nosso ponto de vista; “o inconsciente”. Logo somos levados a fazer uma divisão importante nesse inconsciente. Alguns processos se tornam facilmente conscientes; podem depois deixar de ser conscientes, mas podem mais uma vez tornar-se conscientes sem qualquer dificuldade: como as pessoas dizem, podem ser reproduzidos ou lembrados. Isto nos faz lembrar que a consciência é, em geral, um estado altamente fugaz. O que é consciente é consciente só por um momento. Se nossas percepções não confirmaram isto, a contradição é apenas aparente; explica-se pelo fato de que os estímulos que levam à percepção podem persistir por consideráveis períodos, de maneira que, entretanto, a percepção deles pode ser repetida. A posição global torna-se clara em relação à percepção consciente de nossos processos de pensamento: também estes podem persistir por algum tempo, mas podem também, da mesma maneira, passar num relâmpago. Tudo o que for inconsciente e que se comporte desta maneira, que pode assim facilmente trocar o estado inconsciente pelo consciente, é, portanto, preferivelmente descrito como “capaz de tornar-se consciente” ou como pré-consciente. A experiência nos ensinou que é muito difícil um processo psíquico, por complicado que seja, que não possa ocasionalmente permanecer pré-consciente, ainda que, via de regra, force o seu caminho para a consciência, como dizemos. Há outros processos psíquicos e material psíquico que não têm um acesso tão fácil a se tornarem conscientes, mas têm de ser inferidos, reconhecidos e traduzidos para forma consciente através da maneira descrita. Para tal material, reservamos o nome de inconsciente propriamente dito.

Atribuímos, assim, três qualidades aos processos psíquicos: eles são conscientes, pré-conscientes ou inconscientes. A divisão entre as três classes de material que possui estas qualidades não é absoluta nem permanente. O que é pré-consciente se torna consciente, como vimos, sem qualquer assistência de nossa parte; o que é inconsciente pode, através de nossos esforços, vir a ser consciente, e, no processo, temos muitas vezes a impressão de estar superando resistências muito fortes. Quando tentamos fazer isto com outra pessoa, não devemos esquecer que o preenchimento consciente das lacunas de percepção — a construção que lhe estamos apresentando — não significa ainda que tenham conseguido tornar consciente o material inconsciente em questão. Tudo isso é verdadeiro na medida em que o material se acha nele presente em dois **registros** uma vez na reconstrução consciente que foi fornecida e, além disso, em seu estado inconsciente original. Os nossos esforços continuados geralmente acabam conseguindo

tornar consciente esse material inconsciente, em conseqüência do que os dois registros são levados a coincidir. A quantidade de esforços que temos de dispendir, pela qual avaliamos a resistência contra a conscientização do material, varia de magnitude segundo os casos individuais. Exemplificando, o que ocorre num tratamento analítico como resultado de nossos esforços pode também ocorrer espontaneamente: um material que ordinariamente é inconsciente pode se transformar em pré-consciente e, então, tornar-se consciente — coisa que acontece, em grande escala, nos estados psicóticos. Disto inferimos que a manutenção de certas resistências internas constitui um *sine qua non* da normalidade. Um relaxamento de resistências como este, com um conseqüente impulsionamento para a frente do material inconsciente, realiza-se normalmente no estado de sono, e ocasiona assim uma pré-condição necessária à construção de sonhos. Inversamente, o material pré-consciente pode tornar-se temporariamente inacessível e bloqueado por resistências — como acontece quando algo é temporariamente esquecido ou foge à memória — ou um pensamento pré-consciente pode ser mesmo temporariamente devolvido ao estado inconsciente, como parece ser uma pré-condição no caso dos chistes. Veremos que uma transformação semelhante de volta de material ou processos pré-conscientes ao estado inconsciente desempenha grande papel na causa dos distúrbios neuróticos.

A teoria das três qualidades do psíquico, descrita assim de maneira generalizada e simplificada, pode parecer mais uma fonte de confusão ilimitada do que um auxílio no sentido do esclarecimento. Mas não se deve esquecer que, de fato, ela não é absolutamente uma teoria, mas sim um primeiro inventário dos fatos de nossas observações, que se mantém tão preso a esses fatos quanto possível e não tenta explicá-los. As complicações que ela revela podem pôr em relevo as dificuldades peculiares que temos de enfrentar em nossas investigações. É de se esperar, entretanto, que chegaremos a uma compreensão mais clara desta própria teoria se determinarmos as relações existentes entre as qualidades psíquicas e as regiões ou agências do aparelho psíquico que postulamos — embora estas relações também estejam longe de ser simples.

O processo de algo tornar-se consciente está, acima de tudo, ligado às percepções que nossos órgãos sensoriais recebem do mundo externo. Do ponto de vista topográfico, portanto, trata-se de um fenômeno que se efetua no córtex mais externo do ego. É verdade que também recebemos informações conscientes do interior do corpo — os sentimentos, que na realidade exercem em nossa vida mental uma influência mais peremptória do que as percepções externas; ademais,

em certas circunstâncias, os próprios órgãos sensoriais transmitem sentimentos, sensações de dor, além das percepções que lhes são específicas. No entanto, desde que essas sensações (como as chamamos, em contraste com as percepções conscientes) emanam também dos órgãos terminais e desde que encaramos todas elas como prolongamentos ou ramificações da camada cortical, continuamos a poder manter a afirmação feita acima [no início deste parágrafo]. A única distinção seria que, em relação aos órgãos terminais de sensação e sentimento, o próprio corpo tomaria o lugar do mundo externo.

Processos conscientes na periferia do ego e tudo o mais no ego inconsciente — esse seria o estado de coisas mais simples que poderíamos imaginar. E tal pode ser de fato o estado que predomina nos animais. Nos homens, porém, há uma complicação adicional, através da qual os processos internos do ego podem adquirir também a qualidade de consciência. Este o trabalho da função da fala, que leva o material ao ego numa firme conexão com resíduos mnêmicos de percepções visuais, porém, mais particularmente, auditivas. Daí por diante, a periferia perceptiva da camada cortical pode ser excitada em muito maior grau a partir de dentro também, acontecimentos internos como passagens de idéias e processos de pensamentos podem tornar-se conscientes, e exige-se um artifício especial para fazer a distinção entre as duas possibilidades — um artifício conhecido como *teste de realidade*. A equação “percepção = realidade (mundo externo)” não mais se sustenta. Erros, que podem então facilmente surgir e surgem com regularidade nos sonhos, são chamados de *alucinações*. O interior do ego, que encerra, acima de tudo, os processos de pensamento, possui a qualidade de ser pré-consciente. Esta é característica do ego e só a ele pertence. Não seria correto, entretanto, pensar que a vinculação com os resíduos mnêmicos da fala seja uma pré-condição necessária ao estado pré-consciente. Ao contrário, esse estado independe de uma vinculação com eles, embora a presença dessa vinculação torne segura a dedução da natureza pré-consciente de um processo. O estado pré-consciente, caracterizado, por um lado, pelo acesso à consciência e, por outro, pela vinculação com os resíduos da fala, é todavia algo peculiar, cuja natureza não se esgota nessas duas características. Prova disto é o fato de que grandes porções do ego, e particularmente do superego, a que não se pode negar a característica de pré-consciência, permanecem, não obstante, em sua maior parte, inconscientes no sentido fenomenológico da palavra. Não sabemos porque isto tem de ser assim. Tentaremos, a seguir, atacar o problema da verdadeira natureza do pré-consciente. A única qualidade predominante no id é a de ser inconsciente. Id e

inconsciente acham-se tão intimamente ligados quanto ego e pré-consciente; na verdade, no primeiro caso, a vinculação é ainda mais exclusiva. Se voltarmos o olhar para a história do desenvolvimento de um indivíduo e de seu aparelho psíquico, poderemos perceber uma distinção importante no id. Originalmente, com efeito, tudo era id; o ego desenvolveu-se a partir dele, através da influência contínua do mundo externo. No decurso desse lento desenvolvimento, alguns dos conteúdos do id foram transformados no estado pré-consciente e assim incorporados ao ego; outros de seus conteúdos permaneceram no id, imutáveis, como o seu núcleo dificilmente acessível. Durante esse desenvolvimento, entretanto, o jovem e débil ego devolveu ao estado inconsciente algo do material que havia incorporado, abandonou-o, e comportou-se da mesma maneira em relação a algumas novas impressões que *poderia* ter incorporado, de modo que estas, havendo sido rejeitadas, só podiam deixar um vestígio no id. Em consideração à sua origem, falamos desta última parte do id como o *reprimido*. Pouco importa que não possamos sempre traçar uma linha nítida entre essas duas categorias de conteúdos do id. Elas coincidem aproximadamente com a distinção entre o que se achava originalmente presente, inato, e o que foi adquirido ao longo do desenvolvimento do ego.

Tendo já estabelecido a dissecação topográfica do aparelho psíquico em um ego e um id, com os quais a diferença de qualidade entre pré-consciente e inconsciente corre paralela, e havendo concordado em que esta qualidade deve ser considerada apenas como *indicação* da diferença e não como sua essência, uma outra questão se nos apresenta. Se as coisas são assim, qual é a verdadeira natureza do estado que é revelado no id pela qualidade de ser inconsciente e, no ego, pela de ser pré-consciente, e em que consiste a diferença entre eles?

Disso, porém, nada sabemos. E a profunda obscuridade do pano de fundo de nossa ignorância é escassamente iluminada por alguns lampejos de percepção interna (*insight*). Aqui aproximamo-nos do segredo ainda velado da natureza do psíquico. Presumimos, como as outras ciências naturais nos levaram a esperar, que na vida mental esteja em ação alguma espécie de energia, mas não temos nada em que nos basear que nos capacite a aproximarmo-nos de um conhecimento dela através de analogias com outras formas de energia. Parecemos reconhecer que a energia nervosa ou psíquica ocorre de duas formas, uma livremente móvel, e outra, em comparação, presa; falamos de catexias e hipercatexias do material psíquico, e até mesmo aventuramo-nos a supor que uma hipercatexia ocasiona uma espécie de síntese de processos diferentes — uma síntese no curso da qual a

energia livre é transformada em energia presa. Mais longe que isto, ainda não avançamos. De qualquer modo, atemo-nos firmemente à opinião de que a distinção entre o estado inconsciente e o pré-consciente reside em relações dinâmicas desse tipo, que explicariam como é que, espontaneamente ou com a nossa assistência, um pode se transformar no outro.

Por trás de todas essas incertezas, contudo, reside um fato novo, cuja descoberta devemos à pesquisa psicanalítica. Descobrimos que os processos no inconsciente ou no id obedecem a leis diferentes daqueles do ego pré-consciente. Denominamos essas leis, em sua totalidade, de *processo primário*, em contraste com o *processo secundário*, que dirige o curso das ocorrências no pré-consciente, no ego. No cômputo geral, portanto, o estudo das qualidades psíquicas provou, afinal de contas, não ser infrutífero.

CAPÍTULO V - A INTERPRETAÇÃO DE SONHO COMO ILUSTRAÇÃO

Uma investigação de estados estáveis, normais, em que as fronteiras do ego são resguardadas contra o id mediante resistências (anticatexias) e se agüentam firmes, e nos quais o superego não se distingue do ego, por trabalharem juntos harmoniosamente — uma investigação desse tipo pouco nos ensinaria. A única coisa que pode ajudar-nos são estados de conflito e tumulto, quando os conteúdos do id inconsciente têm perspectiva de forçar caminho para o ego, e a consciência e o ego mais uma vez se põem na defensiva contra essa invasão. É somente nestas condições que podemos fazer as observações que confirmarão ou corrigirão nossas afirmações sobre os dois parceiros. Ora, nosso sono noturno é precisamente um estado desse tipo, e, por essa razão, a atividade psíquica durante o sono, que percebemos como sonhos, é o nosso objeto de estudo mais favorável. Dessa maneira, também, evitamos a acusação costumeira de basearmos nossas construções da vida mental normal em achados patológicos, pois os sonhos são ocorrências comuns na vida de uma pessoa normal, por mais que suas características possam diferir das produções de nossa vida desperta. Os sonhos, como todos sabem, podem ser confusos, ininteligíveis ou positivamente absurdos, o que dizem pode contradizer tudo o que sabemos da realidade, e comportamo-nos neles como pessoas insanas, visto que, enquanto estamos sonhando, atribuímos realidade objetiva ao conteúdo do sonho.

Encontramos nosso caminho para a compreensão (“interpretação”) de um sonho presumindo que o que lembramos como sendo o sonho depois de termos acordado não é o verdadeiro processo onírico, mas apenas uma *façade* por trás da qual esse processo jaz escondido. Aqui temos a nossa distinção entre o conteúdo *manifesto* de um sonho e os pensamentos oníricos latentes. O processo que produz aquele a partir desse é descrito como *elaboração onírica*. O estudo da elaboração onírica nos ensina, através de um exemplo excelente, a maneira como o material inconsciente oriundo do id (originalmente inconsciente e da mesma maneira inconsciente reprimido) força seu caminho até o ego, torna-se pré-consciente e, em conseqüência da oposição do ego, experimenta as modificações que conhecemos como *deformação onírica*. Não existem aspectos de um sonho que não possam ser explicados desta maneira.

É melhor começar ressaltando que a formação de um sonho pode ser provocada de duas maneiras diferentes. Ou um impulso instintivo que é comumente suprimido (um desejo inconsciente) encontra durante o

sono força suficiente para fazer-se sentido pelo ego, ou um impulso que sobrou da vida desperta, uma seqüência pré-consciente de pensamento, com todos os impulsos conflitantes a ela ligados, recebe reforços, durante o sono, de um elemento inconsciente. Em resumo, os sonhos podem originar-se do id ou do ego. O mecanismo da formação de sonhos é em ambos os casos o mesmo e assim também a pré-condição dinâmica necessária. O ego dá prova de sua derivação original do id fazendo cessar ocasionalmente suas funções e permitindo uma reversão a um estado anterior de coisas. Isto é logicamente desencadeado pelo rompimento das suas relações com o mundo externo e pela retirada de suas catexias dos órgãos dos sentidos. Justifica-se assim dizermos que surge no nascimento um instinto de retornar à vida intra-uterina que foi abandonada — um instinto de dormir. O sono é um retorno desse tipo ao útero. Visto que o ego desperto governa a motilidade, esta função é paralisada no sono e, por conseguinte, uma boa parte das inibições impostas ao id inconsciente torna-se supérflua. A retirada ou redução destas “anticatexias” dá assim ao id o que é agora uma liberdade inofensiva. As provas do papel desempenhado pelo id inconsciente na formação dos sonhos são abundantes e convincentes. (a) A memória é muito mais ampla nos sonhos que na vida de vigília. Os sonhos trazem à tona recordações que o sonhador esqueceu, que lhe são inacessíveis quando está acordado. (b) Os sonhos fazem uso irrestrito de símbolos lingüísticos, cujos significados são, na maioria, desconhecidos da pessoa que sonha. Nossa experiência, contudo, permite-nos confirmar o seu sentido. Eles provavelmente originam-se de fases mais antigas do desenvolvimento da fala. (c) A memória muito freqüentemente reproduz em sonhos impressões da tenra infância de quem sonha, das quais podemos definitivamente dizer que foram não apenas esquecidas, mas que se tornaram inconscientes devido à repressão. Isso explica o auxílio — geralmente indispensável — que nos é proporcionado pelos sonhos nas tentativas que fazemos, durante o tratamento analítico das neuroses, de reconstruir o início da vida do sonhador. (d) Além disso, os sonhos trazem à luz material que não pode ter-se originado nem da vida adulta de quem sonha nem de sua infância esquecida. Somos obrigados a considerá-lo parte da *herança arcaica* que uma criança traz consigo ao mundo, antes de qualquer experiência própria, influenciada pelas experiências de seus antepassados. Descobrimos a contrapartida desse material filogenético nas lendas humanas mais antigas e em costumes que sobreviveram. Dessa maneira, os sonhos constituem uma fonte da pré-história humana que não deve ser menosprezada. Mas o que torna os sonhos tão valiosos para nos dar uma compreensão interna (*insight*) é a

circunstância de que, quando o material inconsciente abre seu caminho para o ego, ele traz consigo as suas próprias modalidades de funcionamento. Isto significa que os pensamentos pré-conscientes em que o material inconsciente encontrou sua expressão são manejados no curso da elaboração onírica como se fossem partes inconscientes do id; e, no caso do método alternativo de formação dos sonhos, os pensamentos pré-conscientes que obtiveram reforço de um impulso instintivo inconsciente são rebaixados ao estado inconsciente. Somente dessa maneira é que aprendemos as leis que regulam a passagem de acontecimentos no inconsciente e os aspectos em que diferem das regras que nos são familiares no pensamento desperto. Assim, a elaboração onírica é essencialmente um exemplo do trabalho inconsciente dos processos de pensamento pré-conscientes. Tomando-se uma analogia da história: conquistadores invasores governam um país conquistado, não segundo o sistema jurídico que lá encontram em vigor, mas de acordo com o seu próprio. É entretanto um fato inequívoco que o resultado da elaboração onírica é uma conciliação. A organização do ego não está todavia paralisada e sua influência pode ser vista na distorção imposta ao material inconsciente e naquilo que são freqüentemente tentativas muito ineficazes de dar ao resultado total uma forma não demasiado inaceitável pelo ego (*revisão secundária*). Em nossa analogia, isso seria uma expressão da resistência contínua do povo derrotado. As leis que governam a passagem de acontecimentos no inconsciente, e que assim vêm à luz, são bastante notáveis e bastam para explicar a maior parte do que nos parece estranho nos sonhos. Acima de tudo, há uma tendência impressionante à *condensação*, uma inclinação para formar novas unidades a partir de elementos que, em nosso pensamento de vigília, certamente teríamos mantido separados. Em conseqüência disso, um elemento isolado do sonho manifesto freqüentemente representa um grande número de pensamentos oníricos latentes, como se fosse uma alusão conjunta a todos eles; e, em geral, o âmbito do sonho manifesto é extraordinariamente pequeno em comparação com a riqueza de material de que se originou. Outra peculiaridade da elaboração onírica, não inteiramente independente da anterior, é a facilidade com que intensidades psíquicas (catexias) são *deslocadas* de determinado elemento para outro de maneira que com freqüência acontece que um elemento que era de pequena importância nos pensamentos oníricos apareça como o aspecto mais claro, e, por conseguinte, mais importante do sonho manifesto e vice-versa, que elementos essenciais dos pensamentos oníricos sejam representados no sonho manifesto apenas por ligeiras alusões. Ademais, via de regra, a existência de pontos em comum inteiramente insignificantes entre

dois elementos é suficiente para permitir à elaboração onírica substituir um pelo outro em todas as operações ulteriores. É fácil imaginar quanto esses mecanismos de condensação e deslocamento podem aumentar a dificuldade de interpretar um sonho e de revelar as relações existentes entre o sonho manifesto e os pensamentos oníricos latentes. Da prova da existência dessas duas tendências à condensação e ao deslocamento, nossa teoria infere que, no id inconsciente, a energia se acha num estado livremente móvel e que o id dá mais valor à possibilidade de descarregar quantidades de excitação do que a qualquer outra consideração; e nossa teoria faz uso dessas duas peculiaridades ao definir o caráter do processo primário que atribuímos ao id.

O estudo da elaboração onírica nos ensinou muitas outras características dos processos do inconsciente que são tão notáveis quanto importantes, mas só devemos mencionar aqui algumas delas. As regras que regem a lógica não têm peso no inconsciente; ele poderia ser chamado de Reino do Ilógico. Impulsos com objetivos contrários coexistem lado a lado no inconsciente, sem que surja qualquer necessidade de acordo entre eles. Ou não têm nenhuma influência um sobre o outro, ou, se têm, nenhuma decisão é tomada, mas acontece um acordo que é absurdo, visto envolver detalhes mutuamente incompatíveis. A isso está ligado o fato de que os contrários não são mantidos separados, mas tratados como se fossem idênticos, de maneira que, no sonho manifesto, qualquer elemento pode também possuir o significado do seu oposto. Certos filólogos descobriram que o mesmo é válido nas línguas mais antigas e que contrários tais como “forte-fraco”, “claro-escuro” e “alto-profundo” foram originalmente expressos pelas mesmas raízes, até que duas modificações diferentes da palavra primitiva estabeleceram a distinção entre os dois significados. Resíduos desse duplo significado original parecem ter sobrevivido mesmo numa língua altamente desenvolvida como o latim, no uso de palavras como “*altus*” (“alto” e “profundo”) e “*sacer*” (“sagrado” e “infame”). [Cf. *Moses and Monotheism*, S.E. 21, p. 121.]

Em vista da complicação e ambigüidade das relações existentes entre o sonho manifesto e o conteúdo latente que jaz por trás dele, é naturalmente justificável perguntar como afinal de contas é possível deduzir um a partir do outro e se tudo o que temos para prosseguir não será apenas um palpite feliz, auxiliado talvez por uma tradução dos símbolos que ocorrem no sonho manifesto. Pode-se dizer, em resposta, que na grande maioria dos casos o problema pode ser satisfatoriamente solucionado, mas somente com a ajuda das associações aos elementos do conteúdo manifesto feitas pelo próprio

sonhador. Qualquer outro procedimento é arbitrário e não pode produzir resultado certo. Mas as associações do sonhador trazem à luz ligações intermediárias que podemos inserir na lacuna entre os dois [entre o conteúdo manifesto e o latente] e com o auxílio dos quais podemos restabelecer o conteúdo latente do sonho e “interpretá-lo”. Não é de admirar se esse trabalho de interpretação (atuando numa direção oposta à da elaboração onírica) fracassa às vezes em chegar a numa certeza completa.

Resta-nos dar uma explicação dinâmica do porquê de o ego adormecido se dar o trabalho da elaboração onírica. A explicação, felizmente, é fácil de encontrar. Com a ajuda do inconsciente, todo sonho em processo de formação faz uma exigência ao ego — a satisfação de um instinto, se o sonho se origina do id; a solução de um conflito, a remoção de uma dúvida ou a formação de uma intenção, se o sonho se origina de um resíduo da atividade pré-consciente na vida de vigília. O ego adormecido, contudo, está focalizado no desejo de manter o sono; ele sente essa exigência como uma perturbação e procura livrar-se dela. O ego consegue realizar isto através do que parece ser um ato de submissão: ele satisfaz a exigência com o que, nas circunstâncias, é uma *realização* inofensiva de *um desejo* e, assim livra-se dele. Esta substituição da exigência pela realização de um desejo permanece sendo a função essencial da elaboração onírica. Talvez valha a pena ilustrar isso com três exemplos simples — um sonho de fome, um sonho de conveniência e um sonho induzido pelo desejo sexual. Uma necessidade de comida faz-se sentir numa pessoa que sonha durante o sono; ela sonha com uma refeição deliciosa e continua a dormir. Naturalmente, estava aberta a essa pessoa a escolha de despertar e comer algo ou de continuar o sono. Decidiu em favor do último e satisfaz a fome por meio do sonho — por enquanto, pelo menos, pois se a fome persistisse, teria de acordar, apesar de tudo. Aqui temos o segundo exemplo: uma pessoa adormecida tinha de acordar para chegar na hora ao seu trabalho no hospital. Continuou, porém, a dormir, e teve um sonho de que já se achava no hospital — mas como um paciente, que não tem necessidade de levantar-se. Ou, ainda, durante a noite tornou-se ativo um desejo de gozo de um objeto sexual proibido, a esposa de um amigo. Ele sonha então que está tendo relações sexuais — não, na verdade, com essa pessoa, mas com outra do mesmo nome e que lhe é, de fato, indiferente; ou a luta contra o desejo pode encontrar expressão na amante que permanece inteiramente anônima.

Naturalmente, todos os casos não são tão simples. Sobretudo em sonhos que se originaram de resíduos não tratados do dia anterior, e que só obtiveram um reforço inconsciente durante o estado de sono,

com freqüência não é tarefa fácil descobrir a força motivadora inconsciente e sua realização de desejo, mas podemos admitir que sempre estão lá. A tese de que os sonhos são realizações de desejos facilmente despertará ceticismo, quando é lembrado quantos sonhos possuem um conteúdo realmente aflitivo ou chegam até a despertar a pessoa que sonha em ansiedade, inteiramente à parte dos numerosos sonhos sem qualquer tom de sentimento definido. Mas a objeção baseada nos sonhos de ansiedade não pode ser sustentada contra a análise. Não se deve esquecer que os sonhos são invariavelmente o produto de um conflito, que eles são uma espécie de estrutura de conciliação. Algo que é uma satisfação para o id inconsciente pode, por essa mesma razão, ser causa de ansiedade para o ego.

À medida que a elaboração onírica progride, às vezes o inconsciente pressiona com mais êxito e outras o ego se defende com maior energia. Os sonhos de ansiedade são muitas vezes aqueles cujo conteúdo experimentou a menor deformação. Se a exigência feita pelo inconsciente é grande demais para que o ego adormecido esteja em posição de desviá-la pelos meios à sua disposição, ele abandona o desejo de dormir e retorna à vida desperta. Estaremos tomando toda experiência em consideração se dissermos que o sonho é invariavelmente uma *tentativa* de livrar-se de uma perturbação do sono por meio de uma realização de desejo, de maneira que o sonho é um guardião do sono. A tentativa pode alcançar êxito mais ou menos completo; pode também fracassar, e, nesse caso, a pessoa acorda, ao que parece, despertada precisamente pelo sonho. Do mesmo modo, também, existem ocasiões em que aquela excelente pessoa, o vigia noturno, cuja missão é guardar o sono da cidadezinha, não tem outra alternativa senão fazer soar o alarma e despertar a população adormecida.

Encerrarei estas considerações com um comentário que justificará o tempo que concedi ao problema da interpretação de sonhos. A experiência mostrou que os mecanismos inconscientes que viemos a conhecer através do estudo da elaboração onírica e que nos forneceram a explicação da formação dos sonhos também nos auxiliam a entender os enigmáticos sintomas que atraem nosso interesse para neuroses e psicoses. Uma semelhança dessa espécie não pode deixar de despertar grandes esperanças em nós.

PARTE II - O TRABALHO PRÁTICO

CAPÍTULO VI - A TÉCNICA DA PSICANÁLISE

Um sonho, então, é uma psicose, com todos os absurdos, delírios e ilusões de uma psicose. Uma psicose de curta duração sem dúvida, inofensiva, até mesmo dotada de uma função útil, introduzida com o consentimento do indivíduo e concluída por um ato de sua vontade. Ainda assim é uma psicose e com ela aprendemos que mesmo uma alteração da vida mental tão profunda como essa pode ser desfeita e dar lugar à função normal. Será então uma ousadia muito grande pretender que também deve ser possível submeter as temidas doenças espontâneas da vida mental à nossa influência e promover a sua cura? Já conhecemos certo número de coisas preliminares a esse empreendimento. De acordo com nossa hipótese, é função do ego enfrentar as exigências levantadas por suas três relações de dependência — da realidade, do id e do superego — e não obstante, ao mesmo tempo, preservar a sua própria organização e manter a sua própria autonomia. A pré-condição necessária aos estados patológicos em debate só pode ser um enfraquecimento relativo ou absoluto do ego, que torna impossível a realização de suas tarefas. A exigência mais severa feita ao ego é provavelmente a sujeição das reivindicações instintivas do id, para o que ele é obrigado a fazer grandes dispêndios de energia em anticatexias. Mas as exigências feitas pelo superego também podem tornar-se tão poderosas e inexoráveis que o ego pode ficar paralisado, por assim dizer, frente às suas outras tarefas. Podemos desconfiar de que, nos conflitos econômicos que surgem neste ponto, o id e o superego freqüentemente fazem causa comum contra o ego arduamente pressionado que tenta apegar-se à realidade a fim de conservar o seu estado normal. Se os outros dois se tornam fortes demais, conseguem afrouxar e alterar a organização do ego, de maneira que sua relação correta com a realidade é perturbada ou até mesmo encerrada. Vimos isto acontecer no sonhar: quando o ego se desliga da realidade do mundo externo, desliza, sob a influência do mundo interno, para a psicose. Nosso plano de cura baseia-se nessas descobertas. O ego acha-se enfraquecido pelo conflito interno e temos de ir em seu auxílio. A posição é semelhante à de uma guerra civil que tem de ser decidida pela assistência de um aliado vindo de fora. O médico analista e o ego enfraquecido do paciente, baseando-se no mundo externo real, têm de reunir-se num partido contra os inimigos, as exigências instintivas do id e as exigências conscienciosas do superego. Fazemos um pacto um com o outro. O ego enfermo nos promete a mais completa sinceridade — isto é, promete colocar à nossa disposição todo o material que a sua autopercepção lhe fornece; garantimos ao paciente a mais estrita

discrissão e colocamos a seu serviço a nossa experiência em interpretar material influenciado pelo inconsciente. Nosso conhecimento destina-se a compensar a ignorância do paciente e a devolver a seu ego o domínio sobre regiões perdidas de sua vida mental. Esse pacto constitui a situação analítica.

Mal acabamos de dar esse passo e um primeiro desapontamento nos espera, uma primeira advertência contra o excesso de confiança. Se o ego do paciente vai ser um aliado útil em nosso trabalho comum, deve — por mais árdua que tenha sido a pressão das forças hostis — ter conservado uma certa coerência e algum fragmento de compreensão das exigências da realidade. Mas isto não é de se esperar do ego de um psicótico; ele não pode cumprir um pacto desse tipo; na verdade, mal poderá engajar-se. Muito cedo ter-nos-á abandonado, bem como à ajuda que lhe oferecemos, e nos juntado às partes do mundo externo que não querem dizer mais nada para ele. Assim, descobrimos que temos de renunciar à idéia de experimentar nosso plano de cura com os psicóticos — renunciar a ele talvez para sempre ou talvez apenas por enquanto, até que tenhamos encontrado um outro plano que se lhes adapte melhor.

Existe, entretanto, outra classe de pacientes psíquicos que visivelmente se assemelha muito de perto aos psicóticos — o vasto número de pessoas que sofrem de graves neuroses. Os determinantes de sua doença, bem como seus mecanismos patogênicos, devem ser os mesmos ou, pelo menos, muito semelhantes. Mas o ego mostrou-se mais resistente e tornou-se menos desorganizado. Muitos deles, apesar da doença e das inadequações dela decorrentes, foram capazes de manter-se na vida real. Esses neuróticos podem mostrar-se prontos a aceitar nosso auxílio. Limitaremos a eles nosso interesse e veremos até onde e mediante que métodos seremos capazes de “curá-los”.

Com os neuróticos, então, fazemos nosso pacto: sinceridade completa de um lado e discrissão absoluta do outro. Isso soa como se estivéssemos apenas visando ao posto de um padre confessor. Mas há uma grande diferença, porque o que desejamos ouvir de nosso paciente não é apenas o que sabe e esconde de outras pessoas; ele deve dizer-nos também o que *não* sabe. Com este fim em vista, fornecemos-lhe uma definição mais detalhada do que queremos dizer com sinceridade. Fazemo-lo comprometer-se a obedecer à *regra fundamental* da análise, que dali em diante deverá dirigir o seu comportamento para conosco. Deve dizer-nos não apenas o que pode dizer intencionalmente e de boa vontade, coisa que lhe proporcionará um alívio semelhante ao de uma confissão, mas também tudo o mais que a sua auto-observação lhe fornece, tudo o que lhe vem à cabeça,

mesmo que lhe seja *desagradável* dizê-lo, mesmo que lhe pareça *sem importância* ou realmente absurdo. Se, depois dessa injunção, conseguir pôr sua autocrítica fora de ação, nos apresentará uma massa de material — pensamentos, idéias, lembranças — que já estão sujeitos à influência do inconsciente, que, muitas vezes, são seus derivados diretos, e que assim nos colocam em condição de conjeturar sobre o material inconsciente reprimido do paciente e de ampliar, através das informações que lhe fornecemos, o conhecimento do ego a respeito do inconsciente.

Mas o ego está longe de contentar-se em desempenhar o papel de nos trazer passiva e obedientemente o material que pedimos e de aceitar nossa tradução do mesmo e nela acreditar. Acontece um certo número de outras coisas, algumas das quais poderíamos ter previsto, mas também outras que estão destinadas a surpreender-nos. A mais notável é a seguinte: o paciente não fica satisfeito de encarar o analista, à luz da realidade, como um auxiliar e conselheiro que, além do mais, é remunerado pelo trabalho que executa e que se contentaria com um papel semelhante ao de guia numa difícil escalada de montanha. Pelo contrário, o paciente vê nele o retorno, a reencarnação, de alguma importante figura saída de sua infância ou do passado, e, conseqüentemente, transfere para ele sentimentos e reações que, indubitavelmente, aplicam-se a esse protótipo. Essa transferência logo demonstra ser um fator de importância inimaginável, por um lado, instrumento de insubstituível valor e, por outro, uma fonte de sérios perigos. A transferência é *ambivalente*: ela abrange atitudes positivas (de afeição), bem como atitudes negativas (*hostis*) para com o analista, que, via de regra, é colocado no lugar de um ou outro dos pais do paciente, de seu pai ou de sua mãe. Enquanto é positiva, ela nos serve admiravelmente. Altera toda a situação analítica; empurra para o lado o objetivo racional que tem o paciente para ficar sadio e livre de seus achaques. Em lugar disso, surge o objetivo de agradar o analista e de conquistar o seu aplauso e amor. Este passa a ser a verdadeira força motivadora da colaboração do paciente; o seu ego fraco torna-se forte; sob essa influência realiza coisas que, ordinariamente, estariam além de suas forças; desiste dos sintomas e aparenta ter-se restabelecido — simplesmente por amor ao analista. Este pode modestamente admitir para si próprio que se dispôs a uma empresa difícil sem suspeitar sequer dos extraordinários poderes que estariam sob seu comando.

Ademais, a relação de transferência traz consigo duas outras vantagens. Se o paciente coloca o analista no lugar do pai (ou mãe), está também lhe concedendo o poder que o superego exerce sobre o ego, visto que os pais foram, como sabemos, a origem de seu

superego. O novo superego dispõe agora de uma oportunidade para uma espécie de *pós-educação* do neurótico; ele pode corrigir erros pelos quais os pais foram responsáveis ao educá-lo. A essa altura, cabe uma advertência contra o mau uso dessa nova influência. Por mais que o analista possa ficar tentado a transformar-se num professor, modelo e ideal para outras pessoas, e criar homens à sua própria imagem, não deve esquecer que essa não é a sua tarefa no relacionamento analítico, e que, na verdade, será desleal a essa tarefa se permitir-se ser levado por suas inclinações. Se o fizer, estará apenas repetindo um equívoco dos pais, que esmagaram a independência do filho através de sua influência, e estará simplesmente substituindo a primitiva dependência do paciente por uma nova. Em todas as suas tentativas de melhorar e educar o paciente, o analista deve respeitar a individualidade deste. A influência que possa legitimamente permitir-se será determinada pelo grau de inibição no desenvolvimento apresentado pelo paciente. Alguns neuróticos permaneceram tão infantis que, também na análise, só podem ser tratados como crianças.

Outra vantagem ainda da transferência é que, nela, o paciente produz perante nós, com clareza plástica, uma parte importante da história de sua vida, da qual, de outra maneira, ter-nos-ia provavelmente fornecido apenas um relato insuficiente. Ele a representa diante de nós, por assim dizer, em vez de apenas nos contar.

E, agora, o outro lado da situação. Uma vez que a transferência reproduz a relação do paciente com seus pais, ela assume também a ambivalência dessa relação. Quase inevitavelmente acontece que, um dia, sua atitude positiva para com o analista se transforma em negativa, hostil. Também isso, via de regra, é uma repetição do passado. Sua obediência ao pai (se se tratar do pai), sua corte para obter as simpatias deste, tem raízes num desejo erótico para ele voltado. Numa ocasião ou noutra, esta exigência pressionará seu caminho no sentido da transferência e insistirá em ser satisfeita. Na situação analítica, ela só pode defrontar-se com a frustração. Relações sexuais reais entre pacientes e analista estão fora de cogitação e mesmo os métodos mais sutis de satisfação, tais como preferência, intimidade, etc., só são concedidos parcialmente pelo analista. Uma rejeição desse tipo é tomada como ocasião para a mudança; provavelmente as coisas aconteceram da mesma maneira na infância do paciente.

Os sucessos terapêuticos que ocorreram sob a influência da transferência positiva estão sujeitos à suspeita de serem de natureza *sugestiva*. Se a transferência negativa leva a melhor, eles são soprados como farelo ao vento. Observamos com horror que todo o

nosso esforço e labuta até ali foi em vão. Na verdade, o que poderíamos ter considerado como ganho intelectual permanente por parte do paciente, a sua compreensão da Psicanálise e sua confiança na eficácia desta, subitamente se desvanece. Ele se comporta como uma criança que não tem poder de julgamento próprio, mas que cegamente acredita em qualquer pessoa que ame e em ninguém que lhe seja estranho. O perigo desses estados de transferência evidentemente reside em o paciente não compreender a sua natureza e tomá-los por experiências novas e reais, em vez de reflexos do passado. Se ele (ou ela) se dá conta do forte desejo erótico que se acha escondido por trás da transferência muda, sente-se então insultado e desprezado, odeia o analista como seu inimigo e está pronto a abandonar a análise. Em ambos esses casos extremos, esqueceu o pacto que fez no início do tratamento e que se tornou inútil para a continuação do trabalho comum. É tarefa do analista tirar constantemente o paciente da ilusão que o ameaça e mostrar-lhe sempre que o que ele toma por uma vida nova e real é um reflexo do passado. E para que não caia num estado em que fique inacessível a qualquer prova, o analista toma o cuidado de que nem o amor nem a hostilidade atinjam um grau extremo. Isto se faz preparando o paciente, em tempo, para estas possibilidades e não negligenciando os primeiros sinais delas. Um manejo cuidadoso da transferência, de acordo com essa orientação, é, via de regra, extremamente compensador. Se conseguimos, como geralmente acontece, esclarecer o paciente quanto à verdadeira natureza dos fenômenos de transferência, teremos tirado uma arma poderosa da mão de sua resistência e convertido perigos em lucros, pois um paciente nunca se esquece novamente do que experimentou sob a forma de transferência; ela tem uma força de convicção maior do que qualquer outra coisa que possa adquirir por outros modos.

Achamos muito indesejável que o paciente *atue* fora da transferência, em vez de recordar. A conduta ideal para os nossos fins seria que ele se comportasse tão normalmente quanto possível fora do tratamento e expressasse suas reações anormais somente na transferência.

O método pelo qual fortalecemos o ego enfraquecido tem como ponto de partida uma ampliação do autoconhecimento. Isso, naturalmente, não é toda a história, mas apenas seu primeiro passo. A perda de tal conhecimento significa, para o ego, uma abdicação de poder e influência; é o primeiro sinal tangível de que está sendo encurralado e tolhido pelas exigências do id e do superego. Por conseguinte, a primeira parte do auxílio que temos a oferecer é um trabalho intelectual de nossa parte e um incentivo ao paciente para nele colaborar. Esse primeiro tipo de atividade, como sabemos, destina-se a preparar o

caminho para outra tarefa, mais difícil. Não perderemos de vista o elemento dinâmico nessa tarefa, mesmo durante o seu estágio preliminar. Coletamos o material para o nosso trabalho de uma variedade de fontes — do que nos é transmitido pelas informações que nos são dadas pelo paciente e por suas associações livres, do que ele nos mostra nas transferências, daquilo a que chegamos pela interpretação de seus sonhos e do que ele revela através de lapsos ou *parapraxias*. Todo esse material ajuda-nos a fazer construções acerca do que lhe aconteceu e foi esquecido, bem como sobre o que lhe está acontecendo no momento, sem que o compreenda. Nisso tudo, porém, nunca deixamos de fazer uma distinção rigorosa entre o nosso conhecimento e o conhecimento *dele*. Evitamos dizer-lhe imediatamente coisas que muitas vezes descobrimos num primeiro estágio, e evitamos dizer-lhe a totalidade do que achamos que descobrimos. Refletimos cuidadosamente a respeito de quando lhe comunicaremos o conhecimento de uma de nossas construções e esperamos pelo que nos pareça ser o momento apropriado — o que nem sempre é fácil de decidir. Via de regra, adiamos falar-lhe de uma construção ou explicação até que ele próprio tenha chegado tão perto dela que só reste um único passo a ser dado, embora esse passo seja, de fato, a síntese decisiva. Se procedemos doutra maneira e o esmagamos com nossas interpretações antes que esteja preparado para elas, nossa informação ou não produziria efeito algum ou, então, provocaria uma violenta irrupção da *resistência* que tornaria o avanço de nosso trabalho mais difícil ou poderia mesmo ameaçar interrompê-lo por completo. Mas se preparamos tudo adequadamente, com freqüência acontece que o paciente imediatamente confirma nossa construção e ele próprio recorda o acontecimento interno ou externo que esqueceu. Quanto mais exatamente a construção coincidir com os pormenores do que foi esquecido, mais fácil ser-lhe-á assentir. Nesse assunto em particular, o *nosso* conhecimento tornar-se-á, então, também o *seu* conhecimento.

Com a menção de resistência, chegamos à segunda e mais importante parte de nossa tarefa. Já dissemos que o ego se protege contra a invasão de elementos indesejáveis provenientes do inconsciente e do id reprimido por meio de anticatexias, que devem permanecer intactas para poderem funcionar normalmente. Quanto mais premido o ego se sente, mais convulsivamente se apega (como num susto) a essas anticatexias, a fim de proteger o que resta de si contra outras irrupções. Mas esse intuito defensivo de maneira alguma concorda com os objetivos de nosso tratamento. O que desejamos, pelo contrário, é que o ego, que se tornou afoito pela certeza de nosso auxílio, atreva-se a tomar a ofensiva, a fim de reconquistar o que foi

perdido. E é aqui que nos damos conta da força dessas anticatexias, sob a forma de *resistências* ao nosso trabalho. O ego recua, em alarma, ante tais empreendimentos, que parecem perigosos e ameaçam com o desprazer; para não nos falhar, tem de ser constantemente incentivado e apaziguado. Essa resistência, que persiste durante todo o tratamento e se renova a cada novo período de trabalho, é conhecida, não muito corretamente, como *resistência devida à repressão*. Descobriremos que não é a única com que nos defrontamos. É interessante notar que, nessa situação, as divisões partidárias são, até certo ponto, invertidas: pois o ego luta contra o nosso estímulo, enquanto o inconsciente, que comumente é nosso adversário, vem em nosso auxílio, visto possuir um “impulso ascendente” natural e não desejar nada melhor que pressionar além de suas fronteiras estabelecidas, até o ego, e, assim, até a consciência. A luta que se desenvolve, se alcançamos nosso fim e podemos induzir o ego a superar suas resistências, é realizada sob nossa direção e com nossa assistência. O seu desfecho é indiferente, quer resulte na aceitação por parte do ego, após novo exame, de uma exigência instintiva que até então rejeitara, quer a rejeite de novo, desta vez definitivamente. Em qualquer desses casos, um perigo permanente foi liquidado, o âmbito do ego foi ampliado e um dispêndio inútil de energia tornou-se desnecessário.

A superação das resistências é a parte de nosso trabalho que exige mais tempo e maior esforço. Ela vale a pena, contudo, pois ocasiona uma alteração vantajosa do ego, a qual será mantida independentemente do resultado da transferência e se manterá firme na vida. Trabalhamos também, simultaneamente, para livrar-nos da alteração do ego que foi ocasionada sob a influência do inconsciente, pois onde quer que pudemos detectar qualquer de seus derivados no ego, apontamos-lhes sua origem ilegítima e incentivamos o ego a rejeitá-los. Será lembrado que foi uma das pré-condições necessárias de nosso pacto de ajuda que qualquer alteração desse tipo no ego, devida à intrusão de elementos inconscientes, não deveria ir além de certa medida.

Quanto mais nosso trabalho progride e mais profundamente a nossa compreensão interna (*insight*) penetra na vida mental dos neuróticos, mais claramente se impõem à nossa observação dois novos fatores, os quais exigem a mais rigorosa atenção, como fontes de resistência. Ambos são completamente desconhecidos do paciente, nenhum deles poderia ter sido levado em conta quando o nosso pacto foi feito; tampouco originam-se do ego do paciente. Ambos podem ser englobados sob a denominação única de “necessidade de estar doente ou de sofrer”, mas têm origens diferentes, embora, sob certos aspectos,

sejam de natureza aparentada. O primeiro desses dois fatores é o sentimento de culpa ou consciência de culpa, como é chamado, embora o paciente não o sinta e não se dê conta dele. Trata-se, evidentemente, da parte da resistência que é contribuição de um superego particularmente severo e cruel. O paciente não deve ficar bom, mas tem de permanecer doente, pois não parece melhorar. Essa resistência não interfere concretamente em nosso trabalho intelectual, mas torna-o inoperante; na verdade, com freqüência nos permite remover determinada forma de sofrimento neurótico, mas está imediatamente pronta a substituí-la por outra, ou, talvez, por alguma doença somática. O sentimento de culpa explica também a cura ou melhora de graves neuroses que ocasionalmente observamos depois de infortúnios reais: tudo o que importa é que o paciente seja desgraçado — de que maneira, não tem importância. A resignação sem queixas com que essas pessoas freqüentemente se acomodam à sua árdua sorte é muito notável, mas também reveladora. Para desviar essa resistência, somos obrigados a restringir-nos a torná-la consciente e a tentar promover a lenta demolição do superego hostil. É menos fácil demonstrar a existência da outra resistência, para a qual os nossos meios de combate são especialmente inadequados. Existem alguns neuróticos em quem, a julgar por todas as suas reações, o instinto de autopreservação na realidade foi invertido. Eles parecem visar a nada mais que à autolesão e à autodestruição. É possível também que as pessoas que, de fato, terminam por cometer suicídio pertençam a esse grupo. É de se presumir que, em tais pessoas, efetuaram-se defusões de instinto de grandes conseqüências, em conseqüência do que houve uma liberação de quantidades excessivas do instinto destrutivo voltado para dentro. Os pacientes dessa espécie não podem tolerar o restabelecimento mediante o nosso tratamento e lutam contra ele com todas as suas forças. Mas temos de confessar que se trata de caso que ainda não conseguimos explicar completamente.

Lancemos mais um olhar sobre a situação a que chegamos, em nossa tentativa de trazer auxílio ao ego neurótico do paciente. Esse ego não é mais capaz de cumprir a tarefa que lhe foi estabelecida pelo mundo externo (inclusive a sociedade humana). Nem todas as suas experiências se acham à sua disposição; uma grande parte de seu estoque de lembranças lhe fugiu. Sua atividade está inibida por rigorosas proibições oriundas do superego e sua energia é consumida em vãs tentativas de desviar as exigências do id. Além disso, como resultado de contínuas irrupções por parte do id, sua organização acha-se danificada, não é mais capaz de qualquer síntese correta, está dilacerada por impulsos mutuamente opostos, por conflitos não

resolvidos e por dúvidas não solucionadas. Para começar, conseguimos que o ego do paciente assim enfraquecido participe do trabalho puramente intelectual de interpretação, que visa a provisoriamente preencher as lacunas em seu patrimônio mental e a transferir-nos a autoridade de seu superego; incentivâmo-lo a aceitar a luta contra cada exigência individual feita pelo id e a vencer as resistências que surgem em conexão com isso. Ao mesmo tempo, restauramos a ordem no ego detectando o material e os impulsos que forçaram caminho a partir do inconsciente e expômo-los à crítica, remontando-os à sua origem. Servimos ao paciente em diversas funções, como autoridade e substituto dos pais, como professor e educador, e fizemos o melhor por ele se, como analistas, elevamos os processos mentais de seu ego a um nível normal, transformamos o que se tornou inconsciente e reprimido em material pré-consciente, e assim devolvêmo-lo, mais uma vez, à posse de seu ego. Do lado do paciente, alguns fatores racionais trabalham em nosso favor, tais como a necessidade de restabelecimento, que tem seu motivo nos sofrimentos dele, e o interesse intelectual que possamos ter-lhe despertado pelas teorias e revelações da Psicanálise; de muito maior força, porém, é a transferência positiva com que ele nos recebe.

Lutando contra nós, por outro lado, estão a transferência negativa, a resistência do ego devido à repressão (isto é, seu desprazer por ter de abrir-se ao árduo trabalho que lhe é imposto), o sentimento de culpa que surge de sua relação com o superego e a necessidade dos seus instintos [do paciente]. A parte ocupada pelos dois últimos fatores decide se o caso deve ser considerado leve ou grave. Fora esses, pode-se discernir alguns outros fatores como tendo relação favorável ou desfavorável. Uma certa inércia psíquica, uma indolência da libido, que não está disposta a abandonar suas fixações, não podem ser olhadas com bons olhos; a capacidade do paciente de sublimar seus instintos desempenha um grande papel e assim também a sua capacidade de elevar-se acima da vida grosseira dos instintos, bem como, ainda, o relativo poder de suas funções intelectuais.

Não ficaremos desapontados, mas, pelo contrário, acharemos perfeitamente inteligível, se chegarmos à conclusão de que o desfecho final da luta em que nos empenhamos depende de relações *quantitativas* da cota de energia que podemos mobilizar no paciente, em nosso favor, comparada à soma de energia das forças que trabalham contra nós. Aqui, mais uma vez, Deus acha-se do lado dos grandes batalhões. É verdade que nem sempre conseguimos ganhar, mas, pelo menos, podemos geralmente identificar por que foi que não vencemos. Aqueles que estiverem acompanhando a nossa exposição apenas por interesse terapêutico provavelmente se afastarão com

desprezo, após esta admissão. Aqui, porém, estamos interessados na terapia apenas na medida em que ela funciona através de meios psicológicos e, por enquanto, não possuímos outra. O futuro pode ensinar-nos a exercer influência direta, através de substâncias químicas específicas, nas quantidades de energia e na sua distribuição no aparelho mental. Pode ser que existam outras possibilidades ainda não imaginadas de terapia. De momento, porém, nada temos de melhor à nossa disposição do que a técnica da psicanálise, e, por essa razão, apesar de suas limitações, ela não deve ser menosprezada.

CAPÍTULO VII - UM EXEMPLO DE TRABALHO PSICANALÍTICO

Chegamos a uma familiaridade geral com o aparelho psíquico, com as partes, órgãos e áreas de ação de que se compõe, com as forças que nele operam e com as funções atribuídas às partes. As neuroses e as psicoses são os estados em que se manifestam distúrbios no funcionamento do aparelho. Escolhemos as neuroses como assunto de nosso estudo porque somente elas parecem acessíveis aos métodos psicológicos de nossa intervenção. Enquanto estamos tentando influenciá-las, coligimos observações que nos proporcionam um quadro de sua origem e da maneira como elas surgem.

Enunciarei antecipadamente um de nossos principais achados, antes de prosseguir com minha descrição. As neuroses (diferentemente das moléstias infecciosas, por exemplo) não possuem determinantes específicos. Seria ocioso buscar nelas excitantes patogênicos. Elas se transformam gradualmente, através de fáceis transições, no que é descrito como normal, e, por outro lado, dificilmente existe qualquer estado reconhecido como normal em que indicações de traços neuróticos não possam ser apontadas. Os neuróticos possuem aproximadamente as mesmas disposições inatas que as outras pessoas, têm as mesmas experiências e as mesmas tarefas a desempenhar. Por que é, então, que vivem de modo tão pior e com tão grande dificuldade, e, no processo, padecem de mais sentimentos de desprazer, ansiedade e sofrimento?

Não precisamos embarçar-nos para encontrar uma resposta a esta pergunta. O que deve ser tido como responsável pela inadequação e sofrimentos dos neuróticos são *desarmonias quantitativas*. A causa determinante de todas as formas assumidas pela vida mental humana deve, na verdade, ser buscada na ação recíproca entre as disposições inatas e as experiências acidentais. Ora, um determinado instinto pode ser inatamente forte ou fraco demais, ou uma determinada capacidade pode ser sustada ou desenvolvida de modo insuficiente na vida. Por outro lado, as impressões e experiências externas podem fazer exigências de intensidade diferente a pessoas diferentes e aquilo que é passível de ser manejado pela constituição de uma pessoa pode ser uma tarefa impossível para a de outra. Essas diferenças quantitativas determinarão a variedade dos resultados.

Muito cedo acharemos, contudo, que esta explicação é insatisfatória: ela é muito geral, explica demasiado. A etiologia apresentada aplica-se a todos os casos de sofrimento, infelicidade ou incapacidade mental, mas nem todos os estados desse tipo podem ser denominados de neuróticos. As neuroses possuem características específicas, são infelicidades de um tipo determinado. Dessa maneira, temos de, afinal

de contas, esperar encontrar causas específicas para elas. Ou podemos adotar a suposição de que, entre as tarefas com que a vida mental tem de lidar, há algumas nas quais se pode muito facilmente fracassar, de modo que a peculiaridade dos fenômenos da neurose, que quase sempre são tão notáveis, decorreria disto, sem que necessitássemos retirar nossas asserções anteriores. Se acreditamos que as neuroses não diferem, em qualquer aspecto essencial, do normal, o seu estudo promete render valiosas contribuições para o conhecimento do normal. Pode ser que assim descubramos os “pontos fracos” de uma organização normal.

A suposição que acabamos de fazer encontra confirmação. As experiências analíticas nos ensinam que existe, de fato, uma exigência instintiva para com a qual as tentativas de com ela lidar muito facilmente fracassam ou conseguem um sucesso insatisfatório, e que há um período da vida que aparece exclusiva ou predominantemente em conexão com a geração de uma neurose. Esses dois fatores — a natureza do instinto e o período de vida relacionado — exigem consideração separada, embora estejam intimamente ligados.

Podemos falar com um bom grau de certeza sobre o papel desempenhado pelo período da vida. Parece que as neuroses são adquiridas somente na tenra infância (até a idade de seis anos), ainda que seus sintomas possam não aparecer até muito mais tarde. A neurose da infância pode tornar-se manifesta por um curto tempo ou pode mesmo nem ser notada. Em todo caso, a doença neurótica posterior se liga ao prelúdio na infância. É possível que aquelas que são conhecidas como neuroses traumáticas (devido a um susto excessivo ou graves choques somáticos, tais como desastres ferroviários, soterramentos, etc.) constituem exceção a isto; suas relações com determinantes na infância até aqui fugiram à investigação. Não há dificuldade em explicar esta preferência etiológica pelo primeiro período da infância. As neuroses são, como sabemos, distúrbios do ego e não é de admirar que o ego, enquanto é débil, imaturo e incapaz de resistência, fracasse em lidar com tarefas que, posteriormente, seria capaz de enfrentar com a máxima facilidade. Nessas circunstâncias, exigências instintivas provenientes do interior, não menos que excitações oriundas do mundo externo, operam como “traumas”, particularmente se certas disposições inatas as vão encontrar a meio caminho. O ego desamparado defende-se delas por meio de tentativas de fuga (*repressões*), que posteriormente se mostram ineficazes e que envolvem restrições permanentes ao futuro desenvolvimento. O dano infligido ao ego por suas primeiras experiências dá-nos a impressão de ser desproporcionadamente grande, mas podemos fazer uma analogia com as diferenças dos

resultados produzidos pela picada de uma agulha numa massa de células no ato da divisão celular ([como nas experiências de Roux](#)) e no animal crescido que se desenvolveu a partir delas. Nenhum indivíduo humano é poupado de tais experiências traumáticas; nenhum escapa às repressões a que elas dão origem. Essas reações discutíveis por parte do ego podem talvez ser indispensáveis para a consecução de outro objetivo que é estabelecido para o mesmo período da vida: no espaço de poucos anos, a pequena criatura primitiva deve transformar-se num ser humano civilizado; ela tem de atravessar um período imensamente longo de desenvolvimento cultural humano de uma forma abreviada de maneira quase misteriosa. Isso se torna possível pela disposição hereditária, mas quase nunca pode ser conseguido sem o auxílio adicional da educação, da influência parental, que, como precursora do superego, restringe a atividade do ego mediante proibições e punições, e incentiva ou força o estabelecimento de repressões. Não devemos, portanto, esquecer de incluir a influência da civilização entre os determinantes da neurose. É fácil, como podemos ver, a um bárbaro ser sadio; para um homem civilizado, a tarefa é árdua. O desejo de um ego poderoso e desinibido pode parecer-nos inteligível, mas, tal como nos é ensinado pelos tempos em que vivemos, ele é, no sentido mais profundo, hostil à civilização. E visto que as exigências da civilização são representadas pela educação familiar, não devemos esquecer o papel desempenhado por essa característica biológica da espécie humana — o prolongado período de sua dependência infantil — na etiologia das neuroses. Com referência ao outro ponto — o fator instintivo específico — deparamo-nos com uma discrepância interessante entre a teoria e a experiência. Teoricamente, não há objeção a supor que qualquer tipo de exigência instintiva possa ocasionar as mesmas repressões e suas conseqüências, mas nossa observação demonstra-nos, invariavelmente, até onde podemos julgar, que as excitações que desempenham esse papel patogênico se originam dos instintos componentes da vida sexual. Os sintomas das neuroses, poder-se-ia dizer, são, sem exceção, ou uma satisfação substitutiva de algum impulso sexual ou medidas para impedir tal satisfação, e, via de regra, são conciliações entre as duas, do tipo que ocorre em consonância com as leis que operam entre contrários, no inconsciente. A lacuna em nossa teoria não pode, presentemente, ser preenchida e nossa decisão torna-se mais difícil pelo fato de a maioria dos impulsos da vida sexual não ser de natureza puramente erótica, mas surgir de combinações do instinto erótico com partes do instinto destrutivo. Mas não se pode duvidar de que os instintos que se manifestam fisiologicamente como sexualidade desempenham um papel

preeminente e inesperadamente grande na causação das neuroses — se é um papel exclusivo, é o que resta a ser decidido. Deve-se também ter em mente que, no curso do desenvolvimento cultural, nenhuma outra função foi tão enérgica e extensamente repudiada como precisamente a função sexual. A teoria tem de satisfazer-se com algumas alusões que revelam uma conexão mais profunda: o fato de que o primeiro período da infância, durante o qual o ego começa a diferenciar-se do id, é também o período da primeira efloração sexual, que chega a um fim com o período de latência; o de que dificilmente pode ser fortuito que este momentoso período inicial mais tarde venha a ser vítima da amnésia infantil, e, por fim, o de que as modificações biológicas na vida sexual (tais como o início difásico da função que já mencionamos, o desaparecimento do caráter periódico da excitação sexual e a transformação na relação entre menstruação feminina e excitação masculina) — o de que essas inovações na sexualidade devem ter sido de alta importância na evolução dos animais para o homem. Deixa-se para a ciência do futuro reunir numa nova compreensão esses dados ainda isolados. Não é na Psicologia, mas na Biologia, que há uma lacuna aqui. Não estaremos errados, talvez, em dizer que o ponto fraco na organização do ego parece residir em sua atitude para com a função sexual, como se a antítese biológica entre autopreservação e preservação da espécie houvesse encontrado expressão psicológica neste ponto.

A experiência analítica convenceu-nos da completa verdade da afirmação, ouvida com tanta freqüência, de que a criança psicologicamente é pai do adulto e de que os acontecimentos de seus primeiros anos são de importância suprema em toda a sua vida posterior. Terá, assim, interesse especial para nós algo que possa ser descrito como a experiência central deste período da infância. Nossa atenção é atraída primeiro pelos efeitos de certas influências que não se aplicam a todas as crianças, embora sejam bastante comuns — tais como o abuso sexual de crianças por adultos, sua sedução por outras crianças (irmãos ou irmãs) ligeiramente mais velhas que elas e, o que não esperaríamos, ficarem elas profundamente excitadas por ver ou ouvir, em primeira mão, um comportamento sexual entre adultos (seus pais), principalmente numa época em que não se pensaria que pudessem interessar-se por tais impressões ou compreendê-las, ou serem capazes de recordá-las mais tarde. É fácil confirmar até onde essas experiências despertam a suscetibilidade de uma criança e forçam os seus próprios impulsos sexuais para certos canais dos quais depois não se podem safar. Visto essas impressões estarem sujeitas à repressão, seja em seguida, seja logo que buscam retornar como lembranças, constituem elas o determinante para a compulsão

neurótica que depois tornará impossível ao ego controlar a função sexual e provavelmente o fará voltar as costas permanentemente a essa função. Se ocorre esta última reação, o resultado será uma neurose; se não ocorre, desenvolver-se-á uma variedade de perversões, ou a função, que é de importância imensa não apenas para a reprodução, mas também para toda a modelação da vida, tornar-se-á impossível de manejar.

Por mais instrutivos que casos desse tipo possam ser, um grau ainda mais alto de interesse deve ligar-se à influência de uma situação pela qual toda criança está destinada a passar e que decorre inevitavelmente do fato de ser ela cuidada por outras pessoas e viver com os pais durante um período prolongado. Estou pensando no *complexo de Édipo*, assim denominado porque sua substância essencial pode ser encontrada na lenda grega do rei Édipo, a qual felizmente pôde chegar até nós na versão de um grande dramaturgo. O herói grego matou o pai e tomou a mãe como esposa. Que assim tenha procedido inintencionalmente, visto não os conhecer como pais, constitui um desvio dos fatos analíticos que podemos facilmente compreender e que, na verdade, reconheceremos como inevitável. Neste ponto, temos de fazer relatos separados do desenvolvimento de meninos e meninas (de indivíduos dos sexos masculino e feminino), pois é agora que a diferença entre os sexos encontra expressão psicológica pela primeira vez. Defrontamo-nos aqui com o grande enigma do fato biológico da dualidade dos sexos: trata-se de um fato supremo para o nosso conhecimento; ele desafia qualquer tentativa de remontá-lo a algo mais. A Psicanálise não contribuiu em nada para o esclarecimento deste problema, que, não há dúvida, incide de todo na área da Biologia. Na vida mental, encontramos apenas reflexos desta grande antítese e sua interpretação torna-se mais difícil pelo fato, há muito suspeitado, de que ninguém se limita às modalidades de reação de um único sexo; há sempre lugar para as dos sexo oposto, da mesma maneira que o corpo carrega, juntamente com os órgãos plenamente desenvolvidos de determinado sexo, rudimentos atrofiados, e com freqüência inúteis, dos do outro. Para distinguir entre masculino e feminino, na vida mental, usamos o que é, sem dúvida alguma, uma equação empírica, convencional e inadequada: chamamos de masculino tudo o que é forte e ativo, e de feminino tudo o que é fraco e passivo. Este fato da bissexualidade psicológica dificulta também todas as nossas investigações sobre o assunto e torna-as mais difíceis de descrever.

O primeiro objeto erótico de uma criança é o seio da mãe que a alimenta; a origem do amor está ligada à necessidade satisfeita de nutrição. Não há dúvida de que, inicialmente, a criança não distingue

entre o seio e o seu próprio corpo; quando o seio tem de ser separado do corpo e deslocado para o “*exterior*”, porque a criança tão freqüentemente o encontra ausente, ele carrega consigo, como um “*objeto*”, uma parte das catexias libidinais narcísicas originais. Este primeiro objeto é depois completado na pessoa da mãe da criança, que não apenas a alimenta, mas também cuida dela e, assim, desperta-lhe um certo número de outras sensações físicas, agradáveis e desagradáveis. Através dos cuidados com o corpo da criança, ela se torna seu primeiro sedutor. Nessas duas relações reside a raiz da importância única, sem paralelo, de uma mãe, estabelecida inalteravelmente para toda a vida como o primeiro e mais forte objeto amoroso e como protótipo de todas as relações amorosas posteriores — para ambos os sexos. Em tudo isso, o fundamento filogenético leva tanto a melhor sobre a experiência acidental da pessoa, que não faz diferença que uma criança tenha realmente sugado o seio ou sido criada com mamadeira e nunca desfrutado da ternura do cuidado de uma mãe. Em ambos os casos, o desenvolvimento da criança toma o mesmo caminho; pode ser que, no segundo caso, seu anseio posterior torne-se ainda mais forte. E, por mais tempo que tenha sido amamentada ao seio materno, ficará sempre com a convicção, depois de ter sido desmamada, de que sua amamentação foi breve e muito pouca.

Este prefácio não é supérfluo, pois ele pode elevar nossa compreensão da intensidade do complexo de Édipo. Quando um menino (a partir da idade de dois ou três anos) ingressou na fase fálica de seu desenvolvimento libidinal, está sentindo sensações prazerosas em seu órgão sexual e aprendeu a proporcionar-se essas sensações à vontade, mediante a estimulação manual, ele se torna o amante da mãe. Quer possuí-la fisicamente, das maneiras que adivinhou de suas observações e intuições sobre a vida sexual, e tenta seduzi-la mostrando-lhe o órgão masculino que está orgulhoso de possuir. Numa palavra, a sua masculinidade, precocemente despertada, procura ocupar o lugar do pai junto a ela; este, até aqui, seja como for, constituía um modelo invejado para o menino, devido à força física que nele percebe e à autoridade de que o acha investido. O pai agora se torna um rival que se interpõe em seu caminho e de quem gostaria de livrar-se. Se, enquanto o pai está ausente, é permitido à criança partilhar do leito da mãe e se, quando ele volta, ela é mais uma vez afastada, a sua satisfação quando o pai desaparece e o seu desapontamento quando surge novamente são experiências profundamente sentidas. Este é o tema do complexo de Édipo que a lenda grega traduziu do mundo da fantasia de uma criança para a suposta realidade. Nas condições de nossa civilização, ele está

invariavelmente fadado a um fim assustador.

A mãe do menino compreende muito bem que a excitação sexual dele relaciona-se com ela, mais cedo ou mais tarde reflete que não é correto permitir-lhe continuar. Pensa estar fazendo certo proibindo-lhe manipular seu órgão genital. Sua proibição tem pouco efeito; no máximo, ocasiona uma certa modificação em seu método de obter satisfação. Por fim, a mãe adota medidas mais severas; ameaça tirar fora dele a coisa com que a está desafiando. Geralmente, a fim de tornar a ameaça mais assustadora e mais crível, delega a execução ao pai do menino, dizendo que contará a este e que ele lhe cortará fora o pênis. É estranho dizer que esta ameaça funciona somente se outra condição foi preenchida antes ou depois dela. Em si própria, parece inconcebível demais para o menino que tal coisa possa acontecer. Entretanto, se na ocasião da ameaça ele pode recordar a aparência dos órgãos genitais femininos ou se pouco depois tem uma visão deles — de órgãos genitais, equivale a dizer, a que falta realmente essa parte supremamente valorizada, então ele toma a sério que ouviu e, caindo sob a influência do complexo de castração, experimenta o trauma mais sério de sua vida em início.

Os resultados da ameaça de castração são multifários e incalculáveis; afetam a totalidade das relações do menino com o pai e a mãe e, mais tarde, com os homens e as mulheres em geral. Via de regra, a masculinidade da criança é incapaz de resistir a este primeiro choque. A fim de preservar seu órgão sexual, ele renuncia à posse da mãe de modo mais ou menos completo; sua vida sexual com freqüência fica permanentemente dificultada pela proibição. Se um forte componente feminino, tal como o chamamos, acha-se presente nele, a força deste é aumentada por esta intimidação de sua masculinidade. Ele cai numa atitude passiva para com o pai, tal como a que atribui à mãe. É verdade que, em conseqüência da ameaça, abandonou a masturbação, mas não as atividades de sua imaginação que a acompanhavam. Pelo contrário, visto serem esta agora a única forma de satisfação sexual que lhe resta, entrega-se a elas mais do que antes e, nessas fantasias, embora ainda continue a identificar-se com o pai, também se identifica, simultânea e talvez predominantemente, com a mãe. Derivados e produtos modificados dessas primeiras fantasias masturbatórias geralmente abrem caminho em seu futuro ego e desempenham um papel na formação de seu caráter.

Independentemente deste encorajamento de sua feminilidade, o medo e o ódio do pai cresceram muito em intensidade. A masculinidade do menino se retrai, por assim dizer, numa atitude desafiadora em relação ao pai, a qual dominará o seu comportamento posterior, na sociedade humana, de maneira compulsiva. Um resíduo de sua fixação erótica na

mãe com freqüência subsiste sob a forma de uma dependência excessiva dela, e isto persiste como uma espécie de servidão às mulheres. Ele não mais se aventura a amar a mãe, mas não pode correr o risco de não ser amado por ela, pois, nesse caso, ficaria em perigo de ser por ela traído e entregue ao pai para a castração. A experiência completa, com todos os seus antecedentes e conseqüências, dos quais minha descrição só pôde dar uma seleção, é submetida a uma repressão altamente enérgica, e, tal como se torna possível pelas leis que operam no id inconsciente, todos os impulsos e reações emocionais mutuamente conflitantes que estão sendo postos em movimento nessa ocasião são preservados no inconsciente e ficam prontos a perturbar o desenvolvimento posterior do ego, após a puberdade. Quando o processo somático de maturação sexual dá nova vida às antigas fixações libidinais que aparentemente haviam sido superadas, a vida sexual mostrará ser inibida, sem homogeneidade e dividida em impulsos mutuamente conflitantes.

Está fora de dúvida, é verdade, que o impacto da ameaça de castração sobre a vida sexual incipiente de um menino nem sempre tem essas conseqüências temíveis. Dependerá, mais uma vez, das relações *quantitativas*, de quanto dano é causado e de quanto é evitado. Toda a ocorrência, que pode provavelmente ser encarada como a experiência central dos anos de infância, o maior problema do início da vida e a fonte mais intensa de inadequação posterior, é tão completamente esquecida que sua reconstrução, durante o trabalho de análise, se defronta nos adultos com a descrença mais decidida. Na verdade, a aversão a ela é tão grande que as pessoas tentam silenciar qualquer menção ao assunto proscrito e os mais óbvios lembretes dele são menosprezados por uma estranha cegueira intelectual. Pode-se ouvir objetar, por exemplo, que a lenda do rei Édipo não tem de fato nenhuma conexão com a construção feita pela análise: os casos são inteiramente diferentes, visto Édipo não saber que o homem a quem matara era seu pai e a mulher com que casara era sua mãe. O que não se leva em conta aí é que uma deformação desse tipo é inevitável se se faz uma tentativa de manejo poético do material, e que não há introdução de material estranho, mas apenas um emprego hábil dos fatores apresentados pelo tema. A ignorância de Édipo constitui representação legítima do estado inconsciente em que, para os adultos, toda a experiência caiu, e a força coercitiva do oráculo, que torna ou deveria tornar inocente o herói, é um reconhecimento da inevitabilidade do destino que condenou todo filho a passar pelo complexo de Édipo. Foi ainda ressaltado, por parte das fileiras psicanalíticas, quão facilmente o enigma de outro herói dramático, o procrastinador de Shakespeare, Hamlet, pode ser solucionado tendo

como ponto de referência o complexo de Édipo, desde que o príncipe fracassou na tarefa de punir outrem pelo que coincidia com a substância de seu próprio desejo edipiano — em consequência do que a falta geral de compreensão por parte do mundo literário demonstrou quão pronto está o grosso da humanidade a aferrar-se às suas repressões infantis. Entretanto, mais de um século antes do surgimento da Psicanálise, o filósofo francês Diderot deu testemunho da importância do complexo de Édipo, ao expressar a diferença entre os mundos primitivo e civilizado nesta frase: “Si le peti sauvage était abandonné à lui même, qu’il conservât toute son imbécillité, et qu’il réunît au peu de raison de l’enfant au berceau la violence des passions de l’homme de trente ans, il tordrait le col à son père et coucherait avec sa mère” Aventuro-me a dizer que, se a Psicanálise não pudesse gabar-se de mais nenhuma realização além da descoberta do complexo de Édipo reprimido, só isso já lhe daria direito a ser incluída entre as preciosas novas aquisições da humanidade.

Os efeitos do complexo de castração nas meninas são mais uniformes e não menos profundos. Uma criança do sexo feminino, naturalmente, não tem necessidade de rezejar a perda do pênis; ela reage, todavia, ao fato de não ter recebido um. Desde o início, inveja nos meninos a posse dele; pode-se dizer que todo o seu desenvolvimento se realiza à sombra da inveja do pênis. Ela começa por efetuar várias tentativas de fazer o mesmo que os meninos e, mais tarde, com maior sucesso, faz esforços por compensar a sua falta — esforços que podem conduzir, afinal, a uma atitude feminina normal. Se, durante a fase fálica, tenta obter prazer com um menino, pela estimulação manual de seus órgãos genitais, com frequência acontece fracassar em obter satisfação suficiente e estende os julgamentos de inferioridade de seu pênis atrofiado a todo o seu eu (*self*). Via de regra, cedo desiste da masturbação, visto não ter desejos de ser lembrada da superioridade de seu irmão ou companheiro de brincadeiras, e volta as costas completamente à sexualidade.

Se uma menina persiste em seu primeiro desejo — transformar-se em menino — em casos extremos, acabará homossexual manifesta, ou, doutra maneira, apresentará traços marcadamente masculinos no encaminhamento de sua vida futura, escolherá uma vocação masculina, e assim por diante. O outro caminho é feito através do abandono da mãe que amou: a filha, sob a influência de sua inveja do pênis, não pode perdoar à mãe tê-la trazido ao mundo tão insuficientemente aparelhada. Em seu ressentimento por isto, abandona a mãe e coloca em lugar dela outra pessoa, como objeto de seu amor — o pai. Se se perdeu um objeto amoroso, a reação mais óbvia é identificar-se com ele, substituí-lo dentro de si própria, por

assim dizer, mediante a identificação. Este mecanismo vem agora em auxílio da menina. A identificação com a mãe pode ocupar o lugar da ligação com ela. A filha se põe no lugar da mãe, como sempre fizera em seus brinquedos; tenta tomar o lugar dela junto ao pai e começa a odiar a mãe que costumava amar, e isso por dois motivos: por ciúme e por mortificação pelo pênis que lhe foi negado. Sua nova relação com o pai pode começar tendo por conteúdo um desejo de ter o pênis dele à sua disposição, mas culmina noutro desejo — ter um filho dele como um presente. O desejo de um bebê ocupou assim o lugar do desejo de um pênis, ou, pelo menos, dele foi dissociado e expelido (*split off*). É interessante que a relação entre o complexo de Édipo e o complexo de castração assumam forma tão diferente — uma forma oposta, na realidade — no caso das mulheres, quando comparada com a dos homens. Nos indivíduos do sexo masculino, como vimos, a ameaça de castração dá fim ao complexo de Édipo; nas mulheres, descobrimos que, ao contrário, é a falta de um pênis que as impele ao seu complexo de Édipo. Pouco prejuízo é causado a uma mulher se ela permanece em sua atitude edipiana feminina. (O termo “complexo de Electra” foi proposto para esta.) Nesse caso, escolherá o marido pelas características paternas dele e estará pronta a reconhecer a sua autoridade. O seu anseio de possuir um pênis, que é, na realidade, insaciável, pode encontrar satisfação se ela for bem-sucedida em completar o seu amor pelo órgão estendendo-o ao portador do órgão, tal como aconteceu anteriormente, quando progrediu do seio da mãe para a mãe como uma pessoa completa. Se perguntarmos a um analista o que a sua experiência demonstrou serem as estruturas mentais menos acessíveis à influência em seus pacientes, a resposta será: numa mulher, o desejo de um pênis; num homem, a atitude feminina para com o seu próprio sexo, cuja pré-condição, naturalmente, seria a perda do pênis.

PARTE III - O RENDIMENTO TEÓRICO

CAPÍTULO VIII - O APARELHO PSÍQUICO E O MUNDO EXTERNO

Todas as descobertas e hipóteses gerais que apresentei no primeiro capítulo foram feitas através de um pormenorizado trabalho laborioso e paciente, do tipo de que dei um exemplo no capítulo anterior. Podemos agora ceder à tentação de fazer um levantamento das ampliações de conhecimentos que conseguimos através de um trabalho como esse e considerar quais os caminhos que abrimos para avanços ulteriores. Em relação a isto, nos impressiona o fato de termos sido obrigados, com tanta freqüência, a aventurar-nos além das fronteiras da ciência da Psicologia. Os fenômenos de que estamos tratando não pertencem somente à Psicologia; têm um lado orgânico e biológico também, e, por conseguinte, no decorrer de nossos esforços para construir a Psicanálise, fizemos também algumas importantes descobertas biológicas e não pudemos evitar a estruturação de novas hipóteses biológicas.

Por ora, porém, atenhamo-nos à Psicologia. Vimos que não é cientificamente viável traçar uma linha de demarcação entre o que é psiquicamente normal e anormal, de maneira que esta distinção, apesar de sua importância prática, possui apenas um valor convencional. Estabelecemos assim um direito a chegar a uma compreensão da vida normal da mente a partir do estudo de seus distúrbios — o que não seria admissível se esses estados patológicos, as neuroses e as psicoses, tivessem causas específicas operando à maneira de corpos estranhos.

O estudo de um distúrbio mental que ocorre durante o sono, que é passageiro e inofensivo, e que, na verdade, desempenha uma função útil, nos deu uma chave para a compreensão das doenças mentais, que são permanentes e prejudiciais à vida. E podemos agora aventurar-nos à afirmação de que a psicologia da consciência não era mais capaz de compreender o funcionamento normal da mente do que de compreender os sonhos. Os dados da autopercepção consciente, os quais, somente eles, se achavam à sua disposição, mostraram-se sob todos os aspectos inadequados para sondar a profusão e complexidade dos processos da mente, para revelar as suas interligações e assim reconhecer os determinantes de suas perturbações.

A hipótese que adotamos, de um aparelho psíquico que se estende no espaço, convenientemente reunido, desenvolvido pelas exigências da vida, que dá origem aos fenômenos da consciência somente em um determinado ponto e sob certas condições — essa hipótese nos colocou em posição de estabelecer a Psicologia em bases semelhantes às de qualquer outra ciência, tal como, por exemplo, a

Física. Em nossa ciência, tal como nas outras, o problema é o mesmo: por trás dos atributos (qualidades) do objeto em exame que se apresenta diretamente à nossa percepção, temos de descobrir algo que é mais independente da capacidade receptiva particular de nossos órgãos sensoriais e que se aproxima mais do que se poderia supor ser o estado real das coisas. Não temos esperança de poder atingir esse estado em si mesmo, visto ser evidente que tudo de novo que inferimos deve, não obstante, ser traduzido de volta para a linguagem das nossas percepções, da qual nos é simplesmente impossível libertar-nos. Mas aqui reside a verdadeira natureza e limitação de nossa ciência. É como se devêssemos dizer, em Física: “Se pudéssemos ver de modo bastante claro, descobriríamos que o que parece ser um corpo sólido é constituído de partículas de tal e qual formato e tamanho, a ocupar tais e quais posições relativas.” Enquanto isso, tentamos aumentar ao máximo possível a eficiência de nossos órgãos sensoriais mediante auxílios artificiais, mas pode-se esperar que todos os esforços desse tipo não conseguirão atingir o resultado último. A realidade sempre permanecerá sendo “incognoscível”. O rendimento trazido à luz pelo trabalho científico de nossas percepções sensoriais primárias consistirá numa compreensão interna (*insight*) das ligações e relações dependentes que estão presentes no mundo externo, que podem de alguma maneira ser fidedignamente reproduzidas ou refletidas no mundo interno de nosso pensamento, um conhecimento das quais nos capacita a “compreender” algo no mundo externo, provê-lo e, possivelmente alterá-lo. O nosso procedimento na Psicanálise é inteiramente semelhante. Descobrimos métodos técnicos de preencher as lacunas existentes nos fenômenos de nossa consciência e fazemos uso desse métodos exatamente como um físico faz uso da experiência. Dessa maneira, inferimos um certo número de processos que são em si mesmos “incognoscíveis” e os interpolamos naqueles que são conscientes para nós. E se, por exemplo, dizemos: “Neste ponto, interveio uma lembrança inconsciente”, o que queremos dizer é: “Neste ponto, ocorreu algo de que nos achamos totalmente incapazes de formar uma concepção, mas que, se houvesse penetrado em nossa consciência, só poderia ter sido descrito de tal e qual maneira.” Nossa justificação por fazer tais inferências e interpolações e o grau de certeza que a elas se liga naturalmente permanecem abertos à crítica em cada caso individual, e não se pode negar que com freqüência é extremamente difícil chegar a uma decisão — fato que encontra expressão na falta de concordância entre analistas. A novidade do problema é que deve ser culpada por isto — isto é, uma falta de treinamento. Mas, ao lado disso, há um fator especial, inerente ao próprio assunto, pois na Psicologia, diferentemente da Física, não

estamos sempre interessados em coisas que só podem despertar um frio interesse científico. Assim, não ficaremos muito surpresos se uma analista que não ficou suficientemente convencida da intensidade de seu próprio desejo de um pênis venha a fracassar também em dar uma importância correta a este fator em suas pacientes. Mas tais fontes de erro, que se originam da equação pessoal, não têm grande importância a longo prazo. Se se examinarem antigos livros didáticos sobre o uso de microscópio, fica-se espantado ao descobrir as extraordinárias exigências que se faziam à personalidade dos que efetuavam observações com o instrumento, enquanto a sua técnica ainda era incipiente — exigências das quais não se fala mais hoje.

Não posso pretender dar aqui um quadro completo do aparelho psíquico e de suas atividades; eu seria impedido, entre outras coisas, pela circunstância de que a Psicanálise ainda não teve tempo para estudar igualmente todas essas funções. Vou-me contentar, portanto, com uma recapitulação pormenorizada da descrição feita no capítulo inicial.

O âmago de nosso ser é, então, formado, pelo obscuro *id*, que não tem comunicação direta com o mundo externo e só é acessível, mesmo ao nosso conhecimento, mediante outro agente. Dentro de *id* operam os *instintos* orgânicos, que são, eles próprios, compostos de fusões de duas forças primevas (Eros e destrutividade) em proporções que variam e se diferenciam umas das outras por sua relação com órgãos ou sistemas de órgãos. O único e exclusivo impulso destes instintos é no sentido da satisfação, a qual se espera que surja de certas modificações nos órgãos, com o auxílio de objetos do mundo externo. Mas a satisfação imediata e desregrada dos instintos, tal como o *id* exige, conduziria com frequência a perigosos conflitos com o mundo externo e à extinção. O *id* desconhece a solicitude acerca da garantia de sobrevivência e desconhece igualmente a ansiedade, ou talvez fosse mais correto dizer que, embora ele possa gerar os elementos sensoriais da ansiedade, não pode utilizar-se deles. Os processos que são possíveis nos supostos elementos psíquicos do *id* e entre eles (*o processo primário*) diferem amplamente daqueles que nos são familiares, através da percepção consciente, em nossa vida intelectual e emocional; tampouco estão eles sujeitos às restrições críticas da lógica, que repudia alguns desses processos como inválidos e busca desfazê-los.

O *id*, excluído do mundo externo, possui seu próprio mundo de percepção. Ele detecta com extraordinária agudez certas modificações em seu interior, especialmente oscilações na tensão de suas necessidades instintivas, e essas modificações tornam-se conscientes como sensações na série prazer-desprazer. É difícil dizer, com efeito,

por que meios e com a ajuda de que órgãos sensórios terminais essas percepções ocorrem. Mas é fato estabelecido que as autopercepções — sensações cenestésicas e sensações de prazer-desprazer — governam a passagem de acontecimentos no id com força despótica. O id obedece ao inexorável princípio de prazer. Mas não o id sozinho. Parece que também a atividade dos outros agentes psíquicos só é capaz de modificar o princípio de prazer, mas não de anulá-lo, e permanece sendo questão da mais alta importância teórica, questão que ainda não foi respondida, quando e como é possível este princípio de prazer ser superado. A consideração de que o princípio de prazer exige uma redução, no fundo a extinção, talvez, das tensões das necessidades instintivas (isto é, o *Nirvana*) leva às relações ainda não avaliadas entre o princípio de prazer e as duas forças primeiras, Eros e o instinto de morte.

A outra região da mente, que acreditamos conhecer melhor e na qual nos reconhecemos mais facilmente — a que é conhecida como ego —, desenvolveu-se a partir da camada cortical do id, que, por ser adaptada à recepção e exclusão de estímulos, está em contato direto com o mundo externo (*realidade*). Partindo da percepção consciente, ela submeteu à sua influência regiões cada vez maiores e estratos cada vez mais profundos do id, e, na persistência com que mantém sua dependência do mundo externo, traz a marca indelével de sua origem (como se fosse “Made in Germany”) Sua função psicológica consiste em levar a passagem [de acontecimentos] no id a um nível dinâmico mais alto (talvez pela transformação de energia livremente móvel em energia ligada, tal como corresponde ao estado pré-consciente); sua função construtiva consiste em interpolar, entre a exigência feita por um instinto e a ação que a satisfaz, a atividade de pensamento que, após orientar-se no presente e avaliar experiências anteriores, se esforça, mediante ações experimentais, por calcular as conseqüências do curso de ação proposto. Dessa maneira, o ego chega a uma decisão sobre se a tentativa de obter satisfação deve ser levada a cabo ou adiada, ou se não será necessário que a exigência do instinto seja suprimida completamente por ser perigosa. (Temos aqui o *princípio de realidade*.) Da mesma maneira que o id é voltado unicamente para a obtenção de prazer, o ego é governado por considerações de segurança. O ego estabeleceu-se a tarefa de autopreservação, que o id parece negligenciar. Ele [o ego] faz uso das sensações de ansiedade como sinal de alerta dos perigos que ameaçam a sua integridade. Uma vez que os traços anêmicos podem tornar-se conscientes, tal como as percepções, especialmente mediante sua associação com resíduos da fala, surge a possibilidade de uma confusão que conduziria a uma má compreensão da realidade.

O ego se guarda contra esta possibilidade pela instituição do *teste de realidade*, que se permite cair em inatividade temporária nos sonhos em virtude das condições predominantes no estado de sono. O ego, que procura manter-se num meio ambiente de forças mecânicas esmagadoras, é ameaçado por perigos que provêm, em primeira instância, da realidade externa, mas perigos não o ameaçam somente daí. O seu próprio id é uma fonte de perigos semelhantes, e isso por duas razões diferentes. Em primeiro lugar, uma intensidade excessiva de instinto pode prejudicar o ego de maneira semelhante a um “estímulo” excessivo proveniente do mundo externo. É verdade que aquela intensidade não pode destruí-lo, mas pode destruir a sua organização dinâmica característica e transformar o ego, novamente, numa parte do id. Em segundo lugar, a experiência pode ter ensinado ao ego que a satisfação de alguma exigência instintiva, que não seja em si própria insuportável, envolveria perigos no mundo externo, de maneira que uma exigência instintiva desse tipo torna-se, ela própria, um perigo. Assim, o ego combate em duas frentes: tem de defender sua existência contra um mundo externo que o ameaça com a aniquilação, assim como contra um mundo interno que lhe faz exigências excessivas. Ele adota os mesmos métodos de defesa contra ambos, mas a sua defesa contra o inimigo interno é particularmente inadequada. Em consequência de haver sido originalmente idêntico a este último inimigo e de ter vivido com ele, desde então, nos termos mais íntimos, o ego tem grande dificuldade de escapar aos perigos internos. Eles persistem como ameaças, mesmo que possam ser temporariamente subjugados.

Já vimos como o fraco e imaturo ego, no primeiro período da infância, é permanentemente prejudicado pelas tensões a que é submetido em seus esforços de desviar os perigos que são peculiares a esse período da vida. As crianças são protegidas contra os perigos que as ameaçam do mundo externo pela solicitude dos pais; pagam esta segurança com um temor de *perda de amor* que as deixaria desamparadas face aos perigos do mundo externo. Este fator exerce influência decisiva no resultado do conflito quando um menino se encontra na situação do complexo de Édipo, no qual a ameaça ao seu narcisismo representada pelo perigo da castração, reforçado desde fontes primevas, se apossa dele. Impulsionada pela operação combinada dessa duas influências, o perigo real e presente e o perigo lembrado com sua base filogenética, a criança embarca em suas tentativas de defesa — repressões — que são momentaneamente eficazes, mas que, todavia, se tornam psicologicamente inadequadas quando a reanimação posterior da vida sexual traz reforço às exigências instintivas que haviam sido repudiada no passado. Se as coisas são assim, teria de

ser dito, de um ponto de vista biológico, que o ego fracassa na tarefa de dominar as excitações do período sexual primitivo, numa época em que sua imaturidade o torna incompetente para fazê-lo. É nesse atraso do desenvolvimento do ego em relação ao desenvolvimento libidinal que vemos a pré-condição essencial da neurose, e não podemos fugir à conclusão de que as neuroses poderiam ser evitadas se se poupasse ao ego infantil essa tarefa — isto é, se à vida sexual da criança fosse concedida liberdade de ação, como acontece entre muitos povos primitivos. Pode ser que a etiologia das doenças neuróticas seja mais complicada do que aqui a descrevemos; se assim for, pelo menos chamamos a atenção para uma parte essencial do complexo etiológico. Tampouco devemos esquecer as influências filogenéticas, que se acham representadas de alguma maneira no id, sob formas que ainda não somos capazes de apreender, e que devem certamente agir sobre o ego mais poderosamente nesse período primitivo do que mais tarde. Por outro lado, desponta em nós a compreensão de que essa tentativa precoce de represar o instinto sexual, um partidarismo tão decidido por parte do incipiente ego em favor do mundo externo, em oposição ao mundo interno, ocasionado pela proibição da sexualidade infantil, não pode deixar de ter efeito na disposição posterior do indivíduo para com a cultura. As exigências instintivas forçadas a afastar-se da satisfação direta são compelidas a ingressar em novos caminhos que conduzem à satisfação substituta, e, no curso desses *détours*, podem tornar-se dessexualizadas e a sua vinculação com seus objetivos instintivos originais pode tornar-se mais frouxa. E, neste ponto, podemos antecipar a tese de que muitos dos bens altamente valorizados de nossa civilização foram adquiridos à custa da sexualidade e através da restrição das força motivadoras sexuais. Repetidamente tivemos de insistir no fato de que o ego deve a sua origem, bem como a mais importante de suas características adquiridas, à sua relação com o mundo externo real. Estamos assim preparados para presumir que os estados patológicos do ego, nos quais ele mais se aproxima novamente do id, fundamentam-se numa cessação ou num afrouxamento dessa relação com o mundo externo. Isto harmoniza-se muito bem com o que aprendemos da experiência clínica — a saber, que a causa precipitadora da irrupção de uma psicose é ou que a realidade tornou-se insuportavelmente penosa ou que os instintos se tornaram extraordinariamente intensificados — ambas as quais, em vista das reivindicações rivais feitas ao ego pelo id e pelo mundo externo, devem conduzir ao mesmo resultado. O problema das psicoses seria simples e claro se o desligamento do ego em relação à realidade pudesse ser levado a cabo completamente. Mas isso parece só acontecer raramente ou, talvez, nunca. Mesmo

num estado tão afastado da realidade do mundo externo como o de confusão alucinatória, aprende-se com os pacientes, após seu restabelecimento, que, na ocasião, em algum canto da mente (como o dizem) havia uma pessoa normal escondida, a qual, como um espectador desligado, olhava o tumulto da doença passar por ele. Não sei se podemos presumir que isso seja assim em geral, mas posso relatar o mesmo de outras psicoses com um curso menos tempestuoso. Recordo um caso de paranóia crônica em que, após cada crise de ciúmes, um sonho transmitia ao analista uma representação correta da causa precipitadora, livre de qualquer delírio.

Um contraste interessante foi assim trazido à luz: embora estejamos acostumados a descobrir, nos sonhos dos neuróticos, ciúmes que são alheios à vida desperta, neste caso psicótico o delírio que dominava o paciente durante o dia era corrigido pelo sonho. Podemos provavelmente tomar como verdadeiro, de modo geral, que o que ocorre em todos esses casos é uma divisão (*split*) psíquica. Duas atitudes psíquicas formaram-se, em vez de uma só — uma delas, a normal, que leva em conta a realidade, e outra que, sob a influência dos instintos, desliga o ego da realidade. As duas coexistem lado a lado. O resultado depende da sua força relativa. Se a segunda é ou se torna a mais forte, a pré-condição necessária para uma psicose acha-se presente. Se a relação é invertida, há então uma cura aparente do distúrbio delirante. Na realidade, ele apenas se retira para o inconsciente — tal como numerosas observações nos levam a acreditar que o delírio existia, já pronto, muito tempo antes de sua irrupção manifesta.

O ponto de vista que postula que em todas as psicoses há uma *divisão do ego (splitting of the ego)* não poderia chamar tanta atenção se não se revelasse passível de aplicação a outros estados mais semelhantes às neuroses e, finalmente, às próprias neuroses. Esta anormalidade, que pode ser englobada entre as perversões, baseia-se, como é bem sabido, em o paciente (que é quase sempre do sexo masculino) não reconhecer o fato de que as mulheres não possuem pênis — fato que lhe é extremamente indesejável, visto tratar-se de uma prova da possibilidade de ele próprio ser castrado. Nega, portanto, a sua própria percepção sensorial, que lhe mostrou que falta um pênis aos genitais femininos, e aferra-se à convicção contrária. A percepção negada, contudo, não fica inteiramente sem influência, pois, apesar de tudo, ele não tem a coragem de afirmar que realmente viu um pênis. Em vez disso, o paciente apodera-se de alguma outra coisa — uma parte do corpo ou algum outro objeto — e lhe atribui o papel do pênis sem o qual não pode passar. Trata-se geralmente de algo que ele realmente viu no momento em que viu os genitais femininos, ou então é algo que

pode apropriadamente servir como substituto simbólico do pênis. Ora, seria incorreto descrever este processo, quando um fetiche é construído, como divisão do ego; ele é uma conciliação formada com a ajuda do deslocamento, tal como aquela com que nos familiarizamos nos sonhos. Mas nossas observações nos revelam ainda mais. A criação do fetiche foi devida a uma intenção de destruir a prova da possibilidade de castração, de maneira a que o temor desta possa ser evitado. Se os indivíduos do sexo feminino, como outras criaturas vivas, possuem um pênis, não há necessidade de temer pela posse continuada do próprio pênis. Ora, deparamo-nos com fetichistas que desenvolveram o mesmo temor da castração dos não-fetichistas e reagem da mesma maneira a ela. O seu comportamento, portanto, expressa simultaneamente duas premissas contrárias. Por um lado, negam o fato de sua percepção — o fato de que não viram pênis nos genitais femininos — e, por outro, reconhecem o fato de que as mulheres não possuem pênis e tiram dele as conclusões corretas. As duas atitudes persistem lado a lado durante toda a vida, sem se influenciarem mutuamente. Temos aqui o que pode ser corretamente chamado de divisão do ego. Esta circunstância também capacita-nos a compreender como é que o fetichismo, com tanta freqüência, é apenas parcialmente desenvolvido. Ele não governa exclusivamente a escolha de objeto, mas deixa lugar para um maior ou menor comportamento sexual normal; às vezes, na verdade, contenta-se com o desempenho de um papel modesto ou se limita a uma mera alusão. Nos fetichistas, portanto, o desligamento do ego em relação à realidade do mundo externo nunca alcançou êxito completo.

Não se deve pensar que o fetichismo apresente um caso excepcional com referência à divisão do ego; trata-se simplesmente de um tema particularmente favorável para estudar a questão. Voltemos à nossa tese de que o ego da criança, sob o domínio do mundo real, livra-se das exigências instintivas indesejáveis através do que é chamado de repressões. Suplementaremos agora isto afirmando ainda que, durante o mesmo período da vida, o ego com bastante freqüência se encontra em posição de desviar alguma exigência do mundo externo que acha aflitiva e que isto é feito por meio de uma *negação* das percepções que trazem ao conhecimento essa exigência oriunda da realidade.

Negações desse tipo ocorrem com muita freqüência e não apenas com fetichistas e, sempre que nos achamos em posição de estudá-las, revelam ser meias-medidas, tentativas incompletas de desligamento da realidade. A negação é sempre suplementada por um reconhecimento: duas atitudes contrárias e independentes sempre surgem e resultam na situação de haver uma divisão do ego. Mais uma vez, o resultado depende de qual das duas pode apoderar-se da maior intensidade.

Os fatos desta divisão do ego, que acabamos de descrever, não são tão novos nem tão estranhos quanto podem a princípio parecer. É, na verdade, uma característica universal das neuroses que estejam presentes na vida mental do indivíduo, em relação a algum comportamento particular, duas atitudes diferentes, mutuamente contrárias e independentes uma da outra. No caso das neuroses, entretanto, uma dessas atitudes pertence ao ego e a contrária, que é reprimida, pertence ao id. A diferença entre este caso e o outro [examinado no parágrafo anterior] é essencialmente uma diferença topográfica ou estrutural, e nem sempre é fácil decidir, num caso individual, com qual das duas possibilidades se está lidando. Elas possuem, contudo, a seguinte importante característica em comum. Seja o que for que o ego faça em seus esforços de defesa, procure ele negar uma parte do mundo externo real ou busque rejeitar uma exigência instintiva oriunda do mundo interno, o seu sucesso nunca é completo e irrestrito. O resultado sempre reside em duas atitudes contrárias, das quais a derrotada, a mais fraca, não menos que a outra, conduz a complicações psíquicas. Para concluir, é necessário apenas apontar quão pouco de todos estes processos se torna conhecido de nós através de nossa percepção consciente.

CAPÍTULO IX - O MUNDO INTERNO

Não temos maneira de transmitir o conhecimento de um conjunto complicado de acontecimentos simultâneos, a não ser descrevendo-os sucessivamente, e assim acontece que todas as nossas descrições são falhas, em princípio, devido à simplificação unilateral, e têm de esperar até que possam ser suplementadas, elaboradas e corrigidas. A representação de um ego que medeia entre o id e o mundo externo, que assume as exigências instintivas daquele, a fim de conduzi-las à satisfação, que deriva percepções do último e utiliza-as como lembranças, que, concentrado em sua autopreservação, põe-se em defesa contra reivindicações excessivamente intensas de ambos os lados, e que, ao mesmo tempo, é guiado em todas as suas decisões pelas injunções de um princípio de prazer modificado — essa representação, de ato, aplica-se ao ego apenas até o fim do primeiro período da infância, até aproximadamente a idade de cinco anos. Por volta dessa época, uma mudança importante se realizou. Uma parte do mundo externo foi, pelo menos parcialmente, abandonada como objeto e foi, por identificação, incluída no ego, tornando-se assim parte integrante do mundo interno. Esse novo agente psíquico continua a efetuar as funções que até então haviam sido desempenhadas pelas pessoas [os objetos abandonados] do mundo externo: ele observa o ego, dá-lhe ordens, julga-o e ameaça-o com punições, exatamente como os pais cujo lugar ocupou. Chamamos este agente de *superego* e nos damos conta dele, em suas funções judiciárias, como nossa *consciência*. É impressionante que o superego freqüentemente demonstre uma severidade para a qual nenhum modelo foi fornecido pelos pais reais, e, ademais, que chame o ego a prestar contas não apenas de suas ações, mas igualmente dos seus pensamentos e intenções não executadas, das quais o superego parece ter conhecimento. Isso nos lembra que o herói do mito de Édipo também sentia-se culpado pelas suas ações e submeteu-se à autopunição, embora a força coercitiva do oráculo devesse tê-lo isentado de culpa em nosso julgamento e no seu. O superego é, na verdade, herdeiro do complexo de Édipo e só se estabelece após a pessoa haver-se libertado desse complexo. Por essa razão, a sua excessiva severidade não segue um modelo real, mas corresponde à força da defesa utilizada contra a tentação do complexo de Édipo. Fora de dúvida, uma certa suspeita desse estado de coisas reside, no fundo, na afirmação feita pelos filósofos e crentes de que o senso moral não é instalado nos homens pela educação ou por eles adquirido na vida social, mas lhes é implantado de uma fonte mais alta.

Enquanto o ego trabalha em plena harmonia com o superego, não é

fácil distinguir entre as suas manifestações, mas tensões e desavenças entre eles fazem-se muito claramente visíveis. Os tormentos causados pelas censuras da consciência correspondem precisamente ao medo da perda de amor, por parte de uma criança, medo cujo lugar foi tomado pelo agente moral. Por outro lado, se o ego resistiu com êxito à tentação de fazer algo que, para o superego, seria censurável, ele sente-se elevado em sua auto-estima e fortalecido em seu orgulho, como se houvesse feito alguma preciosa aquisição. Dessa maneira, o superego continua a desempenhar o papel de um mundo externo para o ego, embora se tenha tornado uma parte do mundo interno. Durante toda a vida posterior, ele representa a influência da infância de uma pessoa, do cuidado e da educação que lhe foram dados pelos pais e de sua dependência destes — uma infância que é tão grandemente prolongada, nos seres humanos, por uma vida familiar em comum. E, em tudo isso, não são apenas as qualidades pessoais desses pais que se fazem sentir, mas também tudo o que teve um efeito determinante sobre eles próprios, os gostos e padrões da classe social em que viveram e as disposições e tradições inatas da raça da qual se originaram. Aqueles que têm gosto por generalizações e distinções nítidas podem dizer que o mundo externo, no qual o indivíduo se descobre exposto, após desligar-se dos pais, representa o poder do presente; que o id, com suas tendências herdadas, representa o passado orgânico, e que o superego, que vem a juntar-se a eles posteriormente, representa, mais do que qualquer outra coisa, o passado cultural, que uma criança tem por assim dizer, de repetir como pós-experiência durante os poucos anos do início de sua vida. É pouco provável que essas generalizações possam ser universalmente corretas. Alguma parte das aquisições culturais indubitavelmente deixou um precipitado atrás de si no id; muita coisa do que é contribuição do superego despertará eco no id; não poucas das novas experiências da criança serão intensificadas por serem repetições de alguma primeira vivência filogenética.

“Was du ererbt von deinen Vätern hast, Erwirb es, um es zu besitzen.” Assim, o superego assume uma espécie de posição intermediária entre o id e o mundo externo; ele une em si as influências do presente e do passado. No estabelecimento do superego, temos diante de nós, por assim dizer, um exemplo da maneira como o presente se transforma no passado (...)

Nota 1, Pág. 158, Vol. 23

A segunda é enunciada na [1].

Nota 2, Pág. 158, Vol. 23

Esta parte mais antiga do aparelho psíquico permanece sendo a mais importante durante toda a vida; ademais, as investigações da psicanálise iniciaram-se com ela.

Nota 1, Pág. 162, Vol. 23

Escritores criativos imaginaram algo desse tipo, mas nada semelhante nos é conhecido da verdadeira história da substância viva. [Freud fora de dúvida tinha em mente, entre outros escritos, o *Banquete*, de Platão, o qual, em relação a isto, citara em *Beyond the Pleasure Principle* (1920g), *Standard Ed.*, 18, 57-8, e a que aludira mesmo antes, no primeiro de seus *Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade* (1905d) Ed. *Standard Bras.*, vol. VII, p. 136, IMAGO Editora, 1972.

Nota 2, Pág. 162, Vol. 23

Esta representação das forças ou instintos básicos, que ainda desperta muita oposição entre os analistas, já era familiar ao filósofo Empédocles de Acragas. [Freud estudara Empédocles e suas teorias com certa amplitude na Seção VI de seu artigo sobre “Análise Terminável e Interminável” (1937c), *S.E.*, 23, 245 e incluíra uma referência às forças duais que operam na Física em sua carta aberta a Einstein, *Por que a Guerra?* (1933b), *Standard Ed.*, 22, 209, bem como na Conferência XXXII das *New Introductory Lectures* (1933a), 103.]

Nota 3, Pág. 162, Vol. 23

Ver [1].

Nota 4, Pág. 163, Vol. 23

Kränkung” significa literalmente “deixar doente”. Este mesmo argumento, inclusive o verbal, foi apresentado por Freud numa conferência sobre a histeria pronunciada 45 anos antes. Ver Freud, 1893h, *Standard Ed.*, 3, 37.

Nota 5, Pág. 163, Vol. 23

[Um certo exame desta passagem, e de parte de outra na [1] encontra-se no Apêndice B da obra *The Ego and The Id* (1923b), *Standard Ed.*, 19, 64-5.]

Nota 1, Pág. 165, Vol. 23

Versão ampliada do original. Ver [1].

Nota 2, Pág. 166, Vol. 23

Cf. (*Moses and Monotheism*. S. E., 23, 75) a sugestão de que o homem descende de um mamífero que atingiu a maturidade sexual aos cinco anos, mas que alguma influência externa de vulto foi aplicada à espécie e, nesse ponto, interrompeu o curso direto do desenvolvimento da sexualidade. Outras transformações na vida sexual do homem, comparada com o dos animais, poderiam estar em conexão com isso — tal como a abolição da periodicidade da libido e a exploração do papel desempenhado pela menstruação na relação entre os sexos. [A idéia de haver uma conexão entre o período de latência e a época glacial foi expressa, pela primeira vez, muitos anos antes, por Ferenczi (1913), Freud referiu-se a ela com bastante cautela em *The Ego and the Id* (1923b), *Standard Ed.*, 19, 35 e novamente, com a aquiescência bastante maior, em *Inhibitions, Symptoms and Anxiety* (1926d), *ibid.*, 20, 155. A questão da cessação da periodicidade na função sexual foi examinada por Freud, com certa amplitude, em duas notas de rodapé ao Capítulo IV de *Civilization and its Discontents* (1930a), *ibid.*, 21, 99-100 e 105-7.

Nota 3, Pág. 167, Vol. 23

Surge a questão de saber se a satisfação de impulsos instintivos puramente destrutivos pode ser sentida como prazer, se ocorre a pura destrutividade sem qualquer mistura libidinal. A satisfação do instinto de morte que permanece no ego não parece produzir sentimento de prazer, embora o masoquismo represente uma fusão que é inteiramente análoga ao sadismo.

Nota 4, Pág. 167, Vol. 23

Afirma-se freqüentemente a ocorrência de excitações vaginais precoces. Mas é provável que se trate de excitações de clitóris — isto é, de um órgão análogo ao pênis. Isto não invalida nosso direito de descrever a fase como fálica.

Nota 1, Pág. 171, Vol. 23

Uma linha radical de pensamento, exemplificada pela doutrina americana do behaviorismo, acredita ser possível construir uma psicologia que desconsidera esse fato fundamental

Nota 2, Pág. 172, Vol. 23

Uma certa descrição de Lipps (1851-1914) e das relações de Freud com ele é dada no Prefácio do Editor Inglês ao livro de Freud sobre chistes (1905c, *Standard Ed.*, 8, 4-5).

Nota 3, Pág. 172, Vol. 23

Quando este livro foi publicado pela primeira vez em 1940, uma longa nota de rodapé foi inserida neste ponto, na versão alemã. Ver [1].

Nota 4, Pág. 174, Vol. 23

A palavra alemã aqui traduzida por “registro” (*record*) é *Fixierung*, utilizada exatamente neste sentido no Capítulo VII (B) de *A Interpretação de Sonhos* (1900a), Ed. *Standard Bras.*, Vol. V, p. 575, IMAGO Editora, 1972. Noutras partes, Freud utiliza o termo “*Nielderschrift*” — ex.: em “O Inconsciente” (1915e), *Standard Ed.*, 14, 174, e numa carta a Fliess, ainda de 6 de dezembro de 1896 (Freud, 1950a, Carta 52) — onde a palavra é traduzida por “*registration*”. Pode-se observar que em *Moses and Monotheism* (1939a), concluído fazia pouco tempo, Freud diversas vezes empregou a palavra “*Fixierung*” para descrever o registro de uma tradição. Ver, por exemplo, p. 62, cit., *Standard Ed.*

Nota 1, Pág. 181, Vol. 23

Um termo com muita freqüência utilizado por Freud, desde os primeiros tempos, como um equivalente de energia psíquica. Ver o Apêndice do Editor Inglês ao primeiro artigo sobre as neuropsicoses de defesa (1894a), *Standard Ed.*, 3, 66-7, e também um nota de rodapé do Editor Inglês perto do final do trabalho sobre “Sexualidade Feminina” (1913b), *ibid.*, 21, 242-3.

Nota 2, Pág. 182, Vol. 23

Pode-se perceber uma analogia a isto no comportamento de um oficial graduado que aceita em silêncio uma repreensão do superior, mas descarrega sua ira sobre o primeiro e inocente soldado que lhe cruza o caminho. [Nessa insistência, por parte do id, em descarregar quantidades de excitação, temos uma réplica exata do que Freud, em seu *Projeto de 1895* (Parte I, Seção I), descreveu em termos quase neurológicos como o princípio primário da atividade neurônica: “os neurônios tendem a desfazer-se da quantidade.” (1950a, *Standard Ed.*, 1.)

Nota 1, Pág. 195, Vol. 23

Seiner". Isto pode ser tanto "*its*" (pronome neutro) quanto "*his*" (pronome masculino); parece muito mais provável que se refira à pessoa como um todo do que ao ego.

Nota 1, Pág. 199, Vol. 23

Wilhelm Roux (1850-1924) foi um dos fundadores da Embriologia experimental.

Nota 2, Pág. 203, Vol. 23

A castração também está na lenda de Édipo, pois a cegueira com que Édipo se pune após a descoberta de seu crime é, segundo a prova dos sonhos, um substituto simbólico da castração. Não se pode excluir a possibilidade de que um traço mnêmico filogenético possa contribuir para o efeito extraordinariamente aterrorizante da ameaça — traço mnêmico oriundo da pré-história da família primeva, quando o pai ciumento realmente despojava o filho de seus órgãos genitais, se este se tornava incômodo como rival do interesse por uma mulher. O costume primevo da circuncisão, outro substituto simbólico da castração, só pode ser compreendido como expressão de submissão à vontade do pai. (Cf. os ritos de puberdade dos povos primitivos.) Nenhuma investigação foi ainda feita sobre a forma assumida pelos acontecimentos acima descritos entre os povos e em civilizações que não reprimem a masturbação em crianças.

Nota 3, Pág. 204, Vol. 23

Cf. nota de rodapé à Seção VIII de “Analysis Terminable and Interminable” (1937c), ver em [1], do Vol. 23, da *Standard Edition*.

Nota 4, Pág. 205, Vol. 23

O nome “William Shakespeare” é muito provavelmente um pseudônimo por trás do qual um grande desconhecido jaz oculto. Edward de Vere, conde de Oxford, de quem se pensou ser passível de identificação com o autor das obras de Shakespeare, perdeu um pai amado e admirado quando ainda era menino e repudiou completamente a mãe, que contraiu um novo casamento logo depois da morte do marido. — [A primeira menção a este ponto de vista, por parte de Freud, foi numa frase acrescentada em 1930 à nota de rodapé ao Capítulo V (D) de *A Interpretação de Sonhos* (1900a, Ed. *Standard Bras.*, vol. IV, p. 270 n., IMAGO Ed., 1972. Estendeu-se sobre o assunto em seu “Discurso na Casa de Goethe” (1930e), *ibid.*, 21, 211, bem como numa nota de rodapé acrescentada em 1935 ao seu *Estudo Autobiográfico* (1924d3), *ibid.*, 20, 63-4n. Referiu-se a ele mais uma vez em nota de rodapé à Seção A da Parte I do Terceiro Ensaio de *Moisés e o Monoteísmo* (1939a), p. 65n., Um longo argumento em favor de sua opinião acha-se contido numa carta escrita por Freud a J. S. H. Branson em 25 de março de 1934, a qual

está publicada no Apêndice A (Nº 27) ao terceiro volume da biografia de Jones (1957, 487-8).

Nota 5, Pág. 206, Vol. 23

Se o pequeno selvagem fosse abandonado a si mesmo, se conservasse toda a sua imbecilidade e reunisse ao pouco de razão da criança de berço a violência das paixões do homem de trinta anos, estrangularia o pai e dormiria com a mãe.” (De *Le neveu de Rameau*.) Freud já citara isto duas vezes antes. Cf. Conferência XXI de suas *Introductory Lectures* (1916-17), *Standard Ed.*, 16, 337-8.

Nota 6, Pág. 207, Vol. 23

O termo parece ter sido usado pela primeira vez por Jung (1913, 370). Freud argumentou contra a sua introdução no artigo sobre “Sexualidade Feminina (1913b), *Standard Ed.*, 21, 229.

Nota 7, Pág. 207, Vol. 23

[Freud debatera isto muito mais amplamente, na Seção VIII de “Analysis Terminable and Interminable” (1937c), p. 249 e segs., cit.]

Nota 1, Pág. 212, Vol. 23

Fabricado na Alemanha.” em inglês, no original alemão.

Nota 2, Pág. 214, Vol. 23

O conceito muito semelhante de “susceptibilidade à cultura” fora estudado por Freud, com certa amplitude, na primeira seção de “Thoughts for the Times on War and Death” (1915b), *Standard Ed.*, 14, 283-4, e foi também mencionado em “*The Future of an Illusion*” (1927c), *ibid.*, 21, 38. — Freud não fez distinção entre o emprego das palavras “cultura” e “civilização”.

Nota 3, Pág. 215, Vol. 23

Freud acrescenta o termo “amênciã”, utilizado por Meynert neste sentido.

Nota 4, Pág. 215, Vol. 23

Este caso é relatado com certa amplitude no artigo de Freud “Some Neurotic Mechanisms” (1922b, *Standard Ed.*, 18, 227).

Nota 5, Pág. 217, Vol. 23

[Isto é, da maior energia psíquica. Cf. [\[1\]](#).]

Nota 6, Pág. 218, Vol. 23

A descrição do fetichismo neste capítulo deriva-se principalmente do artigo de Freud sobre o assunto, escrito cerca de dez anos antes (1927c), onde uma primeira referência a uma divisão do ego também será encontrada. Cf. a Nota do Editor Inglês a esse trabalho, *Standard Ed.*, 19, 150-1. Ambas as questões também haviam sido abordadas num trabalho inacabado. “Splitting of the Ego in the Process of Defence(1940e) [1938], (ver p. 271, Vol. 23, cit.), que Freud começara alguns meses antes de escrever o presente trabalho. Um exame da posição aparece na Nota do Editor Inglês àquele artigo, [\[1\]](#). Vol. 23, cit.

Nota 1, Pág. 220, Vol. 23

Aquilo que herdaste de teus pais, conquista-o para fazê-lo teu.”
Goethe, Fausto, Parte I, Cena I. Freud citara isto anteriormente, em seu *Totem e Tabu* (1912-13), Ed. *Standard Bras.*, Vol. XIII, p. 188, IMAGO Ed., 1974.